

FACULDADE LATINO-AMERICANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

ANA CARLA TAVARES FRANCO

NEGRAS NO TOPO?
PARIDADE DE RAÇA E GÊNERO NOS CARGOS DE DIREÇÃO
DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

BELÉM-PA

2023

Ana Carla Tavares Franco

NEGRAS NO TOPO? PARIDADE DE RAÇA E
GÊNERO NOS CARGOS DE DIREÇÃO DO
PARTIDO DOS TRABALHADORES.

Dissertação apresentada ao curso Maestría Estado,
Gobierno y Políticas Públicas da Faculdade Latino-
Americana de Ciências Sociais e Fundação Perseu
Abramo, como parte dos requisitos necessários à
obtenção do título de Magíster en Estado, Gobierno y
Políticas Públicas.

Orientadora: Profa. Dra. Lívia Maria Santana e Sant'Anna Vaz

Belém-PA
2023

Ficha Catalográfica

FRANCO, Ana Carla Tavares

Negras no topo? Paridade de raça e gênero nos cargos de direção do Partido dos Trabalhadores / Ana Carla Tavares Franco. Belém: FLACSO/FPA, 2023.

Quantidade de folhas 87f.:il

Dissertação (Magíster en Estado, Gobierno y Políticas Públicas), Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, Fundação Perseu Abramo, Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas, ano.

Orientadora: Profa. Dra. Lívia Maria Santana e Sant'Anna Vaz

Ana Carla Tavares Franco

NEGRAS NO TOPO? PARIDADE DE RAÇA
E GÊNERO NOS CARGOS DE DIREÇÃO
DO PARTIDO DOS TRABALHADORES.

Dissertação apresentada ao curso Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais e Fundação Perseu Abramo, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Magíster en Estado, Gobierno y Políticas Públicas.

Aprovada em 28/06/2023

Profa. Dra. Livia Maria Santana e Sant'Anna Vaz
FLACSO Brasil/FPA

Profa. Dra. Denise Machado Cardoso
Universidade Federal do Pará - UFPA

Profa. Dra. Renata Faleiros Camargo Moreno
FLACSO Brasil/FPA

Prof. Me. Luciano Goes (suplente)
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

*À minha filha,
Mariana Franco Canelas*

AGRADECIMENTOS

Agradecer, primeiramente, ao sagrado, às forças que regem meu viver. Laroyê, Exu! Rei da comunicação, das encruzilhadas. Okê Arô, meu Pai Oxóssi, dono do meu Ori! Ori O!

Agradecimento à minha família, minha rede de apoio, a começar por minha mãe, Ana Maria Tavares Franco. Obrigada ao Glaydson Canelas, amigo e pai de minha filha, e à sua valorosa companheira Luziane Ferreira, que cuidam da Mariana e assim me proporcionam condições para seguir nos estudos e nas atividades de minha vida corrida. Agradeço à minha filha, meu amor, carinhosa e sempre compreensiva, me enche de orgulho ao dizer que quando crescer vai lutar pelas mulheres negras! E a todas as minhas amigas e amigos que me acompanham e torcem pelo meu sucesso.

O mestrado sempre me pareceu um sonho distante, pois além das concorridas vagas nas universidades, não ter direito à licença aprimoramento para me afastar do trabalho e poder assistir as aulas, me dedicar integralmente à pesquisa, me dificultavam tentar ingressar em um curso de mestrado (hoje, a licença aprimoramento é um direito conquistado, com nosso PCCR aprovado em abril deste ano, o qual dediquei 13 anos de luta sindical, grata a todas/os que lutam!). Sendo assim, agradeço ao Partido dos Trabalhadores pela parceria da Fundação Perseu Abramo com a FLACSO, que proporciona esse curso a seus filiados e filiações através de plataforma on-line, tornando possível a realização desse feito em minha vida acadêmica. Esse curso foi muito importante e desafiador diante da pandemia de COVID 19 que veio desencadear logo no início do mestrado.

Obrigada a todas as professoras, professores, tutoras e tutores do curso, à minha orientadora Prof^ª Dra. Lívia Maria Santana e Sant'Anna Vaz, à coordenação, pela atenção e responsabilidade. À Prof^ª Dra. Denise Cardoso e Prof^ª Dra. Renata (Tica) Moreno, pelo carinho e confiança em participarem da minha banca de defesa. À Prof^ª Ma. Karoline Cavalcante, que com sua vivência militante petista e conhecimento acadêmico, me orientou e auxiliou nas horas de desespero, e em seu nome agradeço a todas as companheiras da Marcha Mundial das Mulheres. À Regiany Silva e Marcelene Pinheiro, da Secretaria de Organização do PT-Pará, pela atenção, cuidado e celeridade ao repassar os dados necessários a esta pesquisa.

Enfim, agradecer a todas as mulheres negras de luta, às companheiras do Partido dos Trabalhadores, a todas que me antecederam, as que lutam e as que ainda virão, em reverência à nossa ancestralidade negra. Que eu consiga deixar um pouquinho de minha contribuição no avançar de nossa luta, por lugares que nos foram e ainda são negados o acesso e permanência. Axé!

Enquanto o couro do chicote cortava a carne
A dor metabolizada fortificava o caráter
A colônia produziu muito mais que cativos
Fez heroínas que pra não gerar escravos, matavam os filhos
Não fomos vencidas pela anulação social
Sobrevivemos à ausência na novela, e no comercial
O sistema pode até me transformar em empregada
Mas não pode me fazer raciocinar como criada
Enquanto mulheres convencionais lutam contra o machismo
As negras duelam pra vencer o machismo, o preconceito, o racismo
Lutam pra reverter o processo de aniquilação
Que encarcera afrodescendentes em cubículos na prisão
Não existe lei maria da penha que nos proteja
Da violência de nos submeter aos cargos de limpeza
De ler nos banheiros das faculdades hitleristas
Fora macacos cotistas
Pelo processo branqueador não sou a beleza padrão
Mas na lei dos justos sou a personificação da determinação
Navios negreiros e apelidos dados pelo escravizador
Falharam na missão de me dar complexo de inferior
Não sou a subalterna que o senhorio crê que construiu
Meu lugar não é nos calvários do Brasil
(YZALÚ - MULHERES NEGRAS)

RESUMO

FRANCO, Ana Carla Tavares. Negras no topo? Paridade de raça e gênero nos cargos de direção do Partido dos Trabalhadores. Dissertação de Mestrado - Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais – FLACSO, Brasil, no âmbito do curso “*Maestría Estado, Gobierno Y Políticas Públicas*” em parceria com a Fundação Perseu Abramo.

As mulheres negras são as maiores vítimas de violência em uma sociedade que é desigual. A luta pela sobrevivência, o reconhecimento de nossa humanidade, o resgate da nossa autoestima e a valorização de nossa existência fazem parte da realidade das militantes negras. Diante de um cenário de enfrentamento ao sexismo e racismo, é necessário avaliar como as mulheres negras ocupam os espaços de poder.

Essa pesquisa busca analisar o lugar da mulher negra nos cargos de direção do PT - Partido dos Trabalhadores, com ênfase no PT Pará. Para isso, faz uma análise bibliográfica e documental sobre as mulheres na política partidária, sua chegada nos partidos políticos brasileiros; traz reflexões sobre o cotidiano e o incentivo à participação das mulheres nos partidos, com um olhar sobre a mulher negra na política institucional. Nesse sentido, abordam-se o resgate histórico da evolução da democracia brasileira através dos partidos políticos, os processos de organização partidária e de democracia interna no PT, sua história de formação e bandeiras de luta, com breve análise histórica das origens e funcionamento do PED – Processo de Eleição Direta, reconhecido como importante instrumento de democracia interna, suas contradições e limitações.

Por fim, debate-se sobre as bandeiras de luta de combate ao sexismo e ao racismo no PT, as mudanças no partido e na sociedade com a aprovação da paridade entre homens e mulheres e das cotas étnico-raciais nos cargos de direção, encerrando com a análise quantitativa e interseccional dos cargos de direção do PT Pará, ocupados no período de 2010 até a atualidade, além de breve debate sobre a atual Direção Executiva Nacional do partido, com proposições para o incentivo à participação política das mulheres negras, bem como ocupação de cargos estratégicos e de alta relevância.

Palavras-chave: mulheres negras, sexismo, racismo, política, partido.

ABSTRACT

FRANCO, Ana Carla Tavares. Black women on the top? Race and gender comparison in leadership positions in the Workers' Political Party (PT). Master's Dissertation - Latin American Faculty of Social Sciences – FLACSO, Brazil, within the scope of the course “Maestría Estado, Gobierno Y Políticas Públicas” jointly with the Perseu Abramo Foundation.

Black women are the biggest victims of violence in our unequal society. The struggle for survival, the acknowledgement of our humanity, the recovery of our self-esteem and the valuation of our existence are part of the reality of black women militants. Against the scenario of confronting sexism and racism, it is necessary to assess how black women occupy positions of power in our society.

The aim of this research is to analyze the place of black women in management positions in “PT” - Workers' Political Party, with emphasis on PT Pará. Thus, it was made a bibliographical and documentary analysis on women in party politics, their arrival in Brazilian political parties; brings reflections on everyday life and the encouragement of women's participation in parties, with a sight at black women in institutional politics. Based on this aspects, it was addressed the historical rescue of Brazilian democracy evolution through political parties, the organizational processes of party and internal democracy in PT, its history of formation and struggle flags with a brief historical analysis of the origins and functioning of the PED – Direct Election Process, recognized as an important instrument of internal democracy, its contradictions and limitations. Thus, it was discussed the fight against sexism and racism in PT and also the changes in the party and in society with the approval of equity between men and women and ethnic-racial quotas in leadership positions, concluding with the quantitative and intersectional analysis of management positions in PT Pará, held in the period from 2010 to the present. In addition to a brief debate on the current National Executive Board of the party with propositions to encourage the political participation of black women, as well as the occupation of strategical and highly relevant positions.

Keywords: black women, sexism, racism, politics, political party.

LISTA DE GRÁFICOS

<i>Gráfico 1</i> - Quantitativo de ocupantes do Diretório Estadual divididos por gênero e raça no período de 2010 a 2014	72
<i>Gráfico 2</i> - Quantitativo de ocupantes do Diretório Estadual divididos por gênero e raça no período de 2014 a 2017	73
<i>Gráfico 3</i> - Quantitativo de ocupantes do Diretório Estadual divididos por gênero e raça no período de 2017 a 2019	74
<i>Gráfico 4</i> - Quantitativo de ocupantes do Diretório Estadual divididos por gênero e raça no período de 2020 a 2025	75

LISTA DE TABELAS

<i>Tabela 1</i> - Quantitativo de ocupantes do Diretório Estadual divididos por gênero e raça no período de 2010 a 2014	72
<i>Tabela 2</i> - Quantitativo de ocupantes do Diretório Estadual divididos por gênero e raça no período de 2014 a 2017	73
<i>Tabela 3</i> - Quantitativo de ocupantes do Diretório Estadual divididos por gênero e raça no período de 2017 a 2019	74
<i>Tabela 4</i> - Quantitativo de ocupantes do Diretório Estadual divididos por gênero e raça no período de 2020 a 2025	75

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

Órgãos e instâncias do PT

CEN: Comissão Executiva Nacional

CN: Congresso Nacional

CNP: Comissão Nacional Provisória

DM: Diretório Municipal

DN: Diretório Nacional

DR: Diretório Regional

EN: Encontro Nacional

NB: Núcleo de Base

PED: Processo de Eleições Diretas

SNCR: Secretaria Nacional de Combate ao Racismo

SORG: Secretaria Nacional de Organização

SORG-PA: Secretaria de Organização do PT Pará

Tendências internas do PT

AE: Articulação de Esquerda

CM: Campo Majoritário

CNB: Construindo um Novo Brasil (ex-Campo Majoritário)

DS: Democracia Socialista

MS: Militância Socialista

RS: Resistência Socialista

Partidos políticos – Brasil

República de 1946-64

UDN: União Democrática Nacional

PSD: Partido Social Democrático

PTB: Partido Trabalhista Brasileiro

PCB: Partido Comunista Brasileiro

Regime autoritário – 1965-1979

ARENA: Aliança Renovadora Nacional

MDB: Movimento Democrático Brasileiro

Regime democrático – a partir de 1979

PT: Partido dos Trabalhadores

PDS (sucede a ARENA): Partido Democrático Social. Funde com PDC (Partido Democrata Cristão), tornando-se PPR: Partido Progressista Reformador. Depois, fusão com PP (Partido Progressista), constituindo o PPB: Partido Progressista Brasileiro. PP: Partido Progressista.

PMDB: Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PFL: Partido da Frente Liberal

PP: Partido Popular

PSB: Partido Socialista Brasileiro

PDT: Partido Democrático Trabalhista

PTB: Partido Trabalhista Brasileiro

PC do B: Partido Comunista do Brasil

PSOL: Partido Socialismo e Liberdade

Outras siglas e abreviaturas

ALEPA: Assembleia Legislativa do Pará

ALERJ: Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro

CEB: Comunidade Eclesial de Base

CEDENPA: Centro de Estudos e Defesa do Negro no Pará

CF: Constituição Federal

CUT: Central Única dos Trabalhadores

CGU: Controladoria Geral da União

EC: Emenda Constitucional

FEFC: Fundo Especial de Financiamento de Campanha

FBPF: Federação Brasileira para o Progresso Feminino

IMF: Instituto Marielle Franco

LGBTQIA+: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexuais, Assexuais

SEPPIR: Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

SPM: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres

TSE: Tribunal Superior Eleitoral

UNE: União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
a. O problema de pesquisa	14
b. Metodologia e dados empíricos	16
c. Estrutura da dissertação	18
1- MULHERES NA POLÍTICA PARTIDÁRIA	20
1.1 – Chegada das mulheres nos partidos políticos no Brasil: um breve histórico	20
1.2 - Reflexões sobre o cotidiano e o incentivo à participação das mulheres nos partidos	25
1.3 – Mulheres negras e política institucional	29
2 - PARTIDOS POLÍTICOS E DEMOCRACIA INTERNA	35
2.1 – Evolução da democracia brasileira através dos partidos políticos	35
2.2 – Organização partidária e processos de democracia interna no PT: bandeiras de luta	43
2.3 – Processo de Eleições Diretas (PED) no PT: origens e funcionamento	50
3 - NEGRAS NO TOPO? O LUGAR DA MULHER NEGRA NO PT COM A APROVAÇÃO DA PARIDADE NOS CARGOS DE DIREÇÃO	57
3.1 – O Combate ao sexismo e ao racismo como bandeiras de luta do PT: uma breve análise	57
3.2 – VI Congresso Nacional do PT (2011) aprova a paridade entre homens e mulheres e cotas étnico-raciais nos cargos de direção: o que mudou?	62
3.3 – Análise interseccional dos cargos de direção do PT a partir de 2010	69
CONSIDERAÇÕES FINAIS – E EU, NÃO SOU UMA MULHER?	79
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	83

INTRODUÇÃO

“É difícil para o velho espírito escravo morrer.

Mas deve morrer.”

Sojourner Truth

a. O problema de pesquisa

Essa pesquisa se entrelaça com minha vivência de mulher negra, feminista e petista. Em minha trajetória no movimento feminista, o feminismo negro me auxiliou em minhas inquietações e trouxe respostas para o que eu já observava e vivia na pele - tanto em meu cotidiano, como na vivência em sociedade e no movimento social. Discutir os estudos sobre feminismo negro significa dar continuidade à luta de todas as mulheres negras que me antecederam, ao mesmo tempo em que aproveito a oportunidade da pesquisa científica para contar a nossa história, a nossa versão, quebrando a lógica de ser somente objeto de estudo – passando, assim, a protagonizar a pesquisa sobre as questões que afetam a mim e às minhas semelhantes, em especial às mulheres negras no interior do Partido dos Trabalhadores.

Como diz Sueli Carneiro (2020), a relação entre mulher negra e poder é um tema praticamente inexistente, é como falar do ausente. Dessa forma, me desafio à essa pesquisa sobre o lugar da mulher negra nas estruturas de poder desse partido. As mulheres negras, historicamente, são relegadas aos postos mais subalternizados e essa desvalorização contínua da natureza feminina negra está relacionada ao processo de escravidão sofrido por essa população, que teve como principal consequência o racismo, com seus estereótipos depreciativos que perduram até hoje¹.

O feminismo, em suas origens, foi protagonizado essencialmente por mulheres brancas². Apesar das mulheres negras estarem sempre articuladas na luta e serem protagonistas da resistência desde que fomos sequestradas de África para escravização no Brasil, as particularidades e necessidades das mulheres negras não tinham visibilidade no interior do movimento feminista. Além desse aspecto, o movimento negro enfrenta - em sua estrutura - outro desafio que tem a ver com uma questão de gênero: o sexismo. Assim, surge a necessidade

¹ bell hooks. Não sou eu uma mulher? Mulheres negras e feminismo. (1981)

² As mulheres brancas, ao usufruírem do privilégio branco de classe, viviam em melhores condições financeiras e sociais, sendo as primeiras a acessarem a educação formal e a terem disponíveis mulheres negras para realizarem as tarefas domésticas, o cuidado dos filhos e da casa, reunindo melhores condições objetivas para dedicar-se à leitura, escrita, formação política e participação em movimentos organizados. Sueli Carneiro, *Enegrecer o Feminismo* (2011) <https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero> Acesso em 24/05/2023.

de articulação das mulheres negras com o feminismo negro, que vem dar voz e notoriedade à condição dessas mulheres invisibilizadas e que sofrem dupla opressão, tanto do machismo como do sexismo, que resultam na ausência das mulheres negras nas estruturas de poder em nossa sociedade³.

Cabe enfatizar que a presente pesquisa opta pelo termo “sexismo” ao invés de “machismo”, pelo fato do “machismo” ser um fruto do “sexismo”, que alcança um sentido mais amplo. Segundo Stella Anderson (2020), o sexismo é um conjunto de ideias e práticas que geram inferiorização do sexo oposto. É predominantemente contra as mulheres, mas não é uma construção masculina e sim social, que, inclusive, conta com a colaboração de algumas mulheres. O movimento das mulheres deve ser antissexista, mas o antissexismo não pode ser a única bandeira.

As causas do sexismo residem na sociedade no seu conjunto, na estrutura social capitalista. Por isso, a luta das mulheres não deve ser contra coisas imaginárias, como o “machismo”, “dominação masculina”, “os homens”, e sim contra o sexismo (de ambos os lados) e contra o capitalismo, a base real que gera o sexismo e a opressão das mulheres. A luta das mulheres só pode ser antissexista e anticapitalista, combatendo os efeitos e as causas. Uma coisa complementa a outra. Por isso, é possível dizer que a luta feminina é, essencialmente, uma luta antissexista, que é, simultaneamente, por não ser superficial, anticapitalista.

O movimento de mulheres negras possui um longo histórico de luta por igualdade e representação nos espaços de poder, problematizando questões relacionadas à realidade destas mulheres. O Partido dos Trabalhadores, por sua vez, corrobora com a visão do movimento negro, que o integra desde sua fundação, e contribui com a pauta por meio de suas/seus filiadas/os.

Com o intuito de compreender como e de que forma se manifesta na sociedade brasileira o racismo patriarcal na estrutura partidária - relegando às mulheres negras as posições mais subalternizadas e, deste modo, distantes dos espaços decisórios e de mando político – analisaremos os dados aplicando indagações acerca da participação política das mulheres negras nessas instâncias.

No dia 8 de abril de 2022, a presidenta nacional do PT, Gleisi Hoffmann, publicou em suas redes sociais foto de uma reunião que anunciava oficialmente Geraldo Alckmin como vice

³ A questão de gênero como ponto de tensão dentro do próprio movimento negro, gerado pela recusa dos homens negros em reconhecer a autonomia política das mulheres negras, suas companheiras de militância. Sandra Costa, *Trajetória do Feminismo Negro no Brasil: Movimentos e Ações Políticas* (2020).

na chapa de Lula na disputa presidencial⁴. Não demorou muito para que os comentários girassem em torno da ausência de mulheres e pessoas negras na fotografia, uma crítica contundente a um partido que historicamente se autoproclama defensor da diversidade, da luta contra o racismo, machismo, sexismo, homofobia e transfobia. São situações como essa que instigam a analisar como se dá na prática as políticas de promoção da participação de mulheres nos cargos de direção, nos mais altos postos de poder e decisão, sobretudo das mulheres negras.

Nesse sentido, é importante analisarmos se o Partido dos Trabalhadores faz de seu discurso sua prática. No que tange ao discurso, este se alinha com as demandas dos movimentos sociais, em especial dos movimentos negros e de mulheres, buscando avançar na emancipação das mulheres negras nas estruturas do partido e pensar em políticas de inclusão e valorização dessas mulheres na política institucional e partidária.

Para tanto, faz-se necessário analisar possíveis avanços e perspectivas sobre a presença da mulher negra em postos de liderança e de tomada de decisão na estrutura partidária a partir da aprovação pelo PT da paridade entre homens e mulheres nos cargos de direção do partido, ou seja, de 2011 até a atualidade, constatando qual é o lugar da mulher negra na estrutura partidária do PT, com ênfase no Diretório Estadual do PT Pará.

A fim de ampliar a análise dessa problemática, algumas questões norteadoras foram levantadas, quais sejam: Qual a situação da mulher negra na estrutura partidária do PT Pará? Como ocorre na prática a ocupação das mulheres negras dos espaços de poder no interior do partido? Quais as políticas públicas do partido voltadas para as mulheres negras? Quais as condições que favorecem e distanciam as mulheres negras da política? Que tipo de melhorias e aperfeiçoamento são necessários para que as mulheres negras possam garantir a sua presença nos espaços de poder e militância política?

As respostas a essas perguntas poderão nos dar uma noção da situação atual e das possibilidades de fortalecimento e incentivo à participação das mulheres negras na organização partidária do PT, nos cargos mais estratégicos de liderança e de representação política.

b. Metodologia e dados empíricos

A pesquisa pretende realizar revisão bibliográfica e documental, com autoras e autores que abordam a temática da condição das mulheres negras ao longo da história, sobre as teorias

⁴ <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/04/foto-de-reuniao-de-pt-e-psb-com-lula-e-alckmin-e-alvo-de-critica-por-falta-de-diversidade.shtml> Acesso em 29/05/2022.

que embasam a questão da desvalorização continuada da natureza feminina negra, o lugar de subalternidade das mulheres negras, fazendo cruzamento com dados estatísticos sobre violência, desigualdade social e a história de luta e articulação das mulheres negras no decorrer da história.

Ainda na pesquisa bibliográfica, serão utilizados autores e suas produções científicas sobre partidos políticos, democracia, documentos oficiais sobre a história e organização do Partido dos Trabalhadores. Além disso, serão analisados documentos construídos pelo PT ao longo da história, como a carta de fundação, resoluções de congressos e encontros, estatutos, programas de governo, assim como os Processos de Eleição Direta (PED), suas origens e seus resultados.

Serão analisados com olhar interseccional (recorte de gênero e raça) os dados quantitativos referentes aos ocupantes dos cargos de direção no Diretório Estadual do PT Pará, iniciando com a gestão eleita pelo PED em 2010, tendo em vista que em 2011, no 5º Congresso Nacional do PT foi aprovada a paridade entre homens e mulheres na direção executiva do partido nos diretórios municipais, estaduais e nacional, até o período da gestão atual, eleita no PED de 2019 e referendada no 7º Congresso Nacional do PT, disponibilizados pela SORG Pará (Secretaria de Organização do PT-PA). Esse período compreende quatro gestões: 2010 a 2014; 2014 a 2017; 2017 a 2019; 2020 a 2025. Como a SORG Nacional não forneceu os dados solicitados referentes aos períodos discriminados, será feita uma análise quantitativa com recorte somente de gênero dos/as atuais ocupantes do Diretório Nacional e debate sobre os cargos de mais evidência da Executiva Nacional.

Com esse levantamento pretende-se: analisar o quantitativo de mulheres na ocupação de cargos da estrutura partidária, com enfoque nas mulheres negras, para compreender como se dá a presença da mulher negra no partido, como estas ocupam os cargos de liderança e mais estratégicos para tomada de decisões. Revelar possíveis avanços sobre a presença da mulher negra em postos de liderança no PT a partir de 2011, período em que se aprova a paridade entre homens e mulheres nos cargos de direção e as cotas étnico-raciais. Apresentar a prática do Partido dos Trabalhadores no que cerne a emancipação de mulheres, que faz parte do discurso do partido; demonstrar, com a análise bibliográfica, o porquê de o Partido dos Trabalhadores se mostrar como partido de vanguarda na pauta de emancipação das mulheres e na luta antirracista; apontar caminhos para o avanço na participação das mulheres negras na organização partidária e cargos de maior evidência.

c. Estrutura da dissertação

A partir das análises propostas, será possível verificar os entraves, dificuldades e desafios de participação das mulheres negras na política institucional, mais especificamente na estrutura partidária do Partido dos Trabalhadores, um partido que se origina afirmando-se como partido socialista, de massas, de esquerda, e que em seu arcabouço ideológico carrega as bandeiras de luta contra o racismo e sexismo.

Deste modo, a estrutura da dissertação se inicia com um breve histórico sobre a chegada e participação feminina nas organizações partidárias no Brasil, tema que abre o primeiro capítulo sobre as mulheres na política partidária, tomando como ponto de partida a luta das mulheres pelo direito ao voto, que se confunde com os primórdios do movimento feminista em sua primeira onda⁵.

Em seguida, uma breve reflexão sobre o cotidiano e incentivo à participação das mulheres nos partidos políticos, que toma por base a história de construção da cultura política brasileira, duramente marcada pelas diferenças de classe, raça e gênero, e como se dá a participação das mulheres negras na política institucional, levantando questões sobre a desvalorização continuada da natureza feminina negra, o papel que esta ocupa na sociedade, nos postos de trabalho e nas funções dos partidos, as questões estéticas e a barreira mais preocupante da contemporaneidade: a violência política contra mulheres negras.

O segundo capítulo trata dos partidos políticos e processos de democracia interna, com um resgate histórico da evolução da democracia brasileira através dos partidos políticos, como nascem os partidos, seu papel e funcionamento nas Repúblicas, sua extinção no período da ditadura militar e ascensão com o processo de redemocratização. Em seguida, faz-se uma análise mais específica da organização partidária e processos de democracia interna do PT, com suas bandeiras de luta e mecanismos de participação militante nas principais decisões e rumos do partido, que evoluem à aprovação do PED (Processo de Eleições Diretas), em 1999, referendando o partido como exemplo de organização democrática no que tange à participação da base em suas decisões mais importantes.

O terceiro e último capítulo aborda especificamente a questão da mulher negra na organização interna do PT, com debate sobre o combate ao sexismo e racismo no interior do partido, as mudanças decorrentes da aprovação da equidade de gênero e cotas étnico-raciais em

⁵ Ondas do Feminismo, Ilze Zirbel, <https://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/ondas-do-feminismo/> Acesso em 29/08/2022.

2010, e apresenta a ferramenta metodológica da interseccionalidade⁶ para análise dos dados fornecidos pela SORG-PA, além dos dados coletados em página oficial do PT sobre os cargos atuais da Executiva Nacional, neste caso fazendo somente o recorte de gênero e debate sobre a presença da mulher negra em cargos mais estratégicos, de maior visibilidade, encerrando com as considerações finais sobre a presente pesquisa.

⁶ Interseccionalidade se constitui como uma articulação metodológica proposta pelas feministas negras que promove intervenções políticas e letramentos jurídicos considerando as condições estruturais do racismo, sexismo e violências correlatas que se sobrepõem e geram opressões específicas às mulheres negras. O termo será aprofundado no tópico 3.3 do presente trabalho de pesquisa.

1 - MULHERES NA POLÍTICA PARTIDÁRIA

“Às vezes as pessoas tentam te destruir, precisamente porque elas reconhecem o seu poder. Não porque elas não o veem, mas porque elas veem e não querem que ele exista.”

bell hooks

1.1 – Chegada das mulheres nos partidos políticos no Brasil: um breve histórico

Nos regimes democráticos, uma das formas mais clássicas de participação política é a filiação partidária e participação nos partidos políticos. A existência dos partidos políticos está diretamente ligada ao processo eleitoral, baluarte do sistema democrático, portanto o ponto de partida da análise da chegada das mulheres nos partidos políticos perpassa pela luta das mulheres pelo direito ao voto.

O movimento feminista tem grande relação com o movimento sufragista, principalmente no que concerne às mulheres brancas que lutavam pelo direito ao trabalho remunerado e ao voto. É importante fazer esse adendo pois enquanto as mulheres brancas lutavam por essas pautas, as mulheres negras já trabalhavam arduamente, muitas inclusive cuidando dos filhos e das casas daquelas mulheres, e pleiteavam o direito de serem reconhecidas como seres humanos, organizando-se lutas pela sobrevivência de seus corpos.

Após a abolição da escravidão, convertidas de mucamas a empregadas domésticas, mulheres negras - que sempre trabalharam fora de suas casas e foram, na condição de ganhadeiras e quituteiras, as primeiras empreendedoras do Brasil - ocuparam-se das casas, das/os filhas/os e dos afazeres domésticos das mulheres brancas, respaldando-as para o trabalho remunerado e outros direitos fundamentais, como o voto. (VAZ, 2022, p. 176-177)

Mesmo assim, as mulheres negras também participaram ativamente do movimento sufragista, com o protagonismo e liderança de mulheres brancas, que além de serem uma massa mais intelectualizada e que teve mais acesso aos estudos, não sofriam com os impactos do racismo em suas vidas, eram, em sua maioria mulheres brancas que detinham maior renda familiar, ao final do século XIX a renda era uma condição para o alistamento eleitoral.

A história do Brasil é permeada pelo domínio das grandes oligarquias, de elites políticas comandadas por homens brancos, que definem os rumos econômicos e políticos do país. Deste modo, as mulheres historicamente sofreram com as dificuldades de acesso ao poder, sendo necessária a organização das mulheres em movimentos para garantir o direito de participar da vida política de nosso território tal qual os homens.

Segundo Ana Alice Costa (1998), a primeira manifestação pública da reivindicação das mulheres pelo direito ao voto no Brasil só se deu:

Na primeira metade do século XIX, através de um homem, José Bonifácio, que advogou por essa causa junto à Primeira Câmara dos Deputados Gerais do Império, ao falar sobre o voto de qualidade, no qual incluía as mulheres tituladas pela escola superior (TABAK. 1989:37. In: COSTA, 1998, p. 92)

Na segunda metade do século, começaram a surgir as primeiras manifestações femininas pelo direito de voto, em especial através dos jornais femininos. Em 1852, foi criado o jornal das Senhoras ", em 1873 o "Sexo Feminino" e, em 1880, a revista "A Família". Todos tratavam do problema da emancipação feminina (COSTA P. 1981:55. In: COSTA, 1998, p. 92)

A luta pelo sufrágio somente ganha força a partir de 1910 através de Leolinda Daltro, que criou o Partido Republicano Feminino, com o objetivo de organizar as mulheres na luta pelo sufrágio, promovendo uma grande marcha de mulheres no Rio de Janeiro em 1917. A partir desse ano, foram apresentados projetos de lei pelo direito ao voto feminino, com acompanhamento de grupos de mulheres nas votações, estabelecendo-se, assim, uma das principais táticas do movimento sufragista brasileiro: a técnica da pressão política. (COSTA, 1998, p. 93)

As organizações de mulheres pioneiras na luta pelo sufrágio se formaram com mulheres que pertenciam a famílias da burguesia.

A Liga pela Emancipação da Mulher era composta por um grupo pequeno de mulheres que se conheciam entre si e pertenciam a famílias da burguesia. Este era seu principal trunfo. A partir de sua posição de esposas, filhas, amigas de homens da classe dominante, tinham acesso aos centros de poder. Por este meio alcançavam o Congresso, a Presidência e tinham em geral o respeito da imprensa. Encontravam-se em reuniões sociais com pessoas que podiam influenciar a causa. Desta forma, conseguiram convencer a certo número de deputados e senadores, de modo a fazer avançar no Congresso as emendas que já existiam. (ALVES. 1980:105. In: COSTA, 1998, p. 94)

A Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher foi fundada em 1919 por Bertha Lutz (1894-1976) e Maria Lacerda de Moura (1887-1945). Segundo Ana Maria Rabelo (2022), era um período de muito intercâmbio das sufragistas brasileiras com as estadunidenses e as britânicas, além de serem os primeiros anos de uma atividade sufragista propriamente organizada no Brasil. Posteriormente, num passo mais avançado, a Liga pela Emancipação da Mulher torna-se Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF) em 1922.

Cabe salientar que o movimento sufragista brasileiro seguiu uma dinâmica própria e não acompanhava a tática dos movimentos ingleses e norte-americanos de “terrorismo feminista”, pois a luta se dava quase que exclusivamente na esfera parlamentar. Porém, percebe-se maior influência do feminismo norte-americano com o lançamento do “Manifesto Feminista”, em 1928, pela FBPF, cujos princípios se assemelhavam aos da “Declaração de Seneca Falls” lançada em 1824 em Nova York.

Além das fundadoras da FBPF, outras mulheres se destacaram na luta pelo sufrágio, como a mineira a Mietta Santiago (1903-1995), a alagoana Almerinda Gama (1899-1992) e as potiguares Celina Guimarães (1890-1972) e Alzira Soriano (1897- 1963). Mietta, aos 25 anos, estudou na Europa, e inspirada nas mulheres europeias desafiou a Justiça brasileira ao impetrar um mandato de segurança alegando que o veto ao voto feminino na verdade contrariava a Constituição de 1891, e com base nesse mandato se tornou eleitora e candidatou-se a deputada federal. Celina e Alzira, juntamente com várias potiguares, fizeram com que a Justiça Eleitoral brasileira usasse pela primeira vez o termo *eleitora* em seus despachos, votaram nas eleições de 1928, porém seus votos não foram validados. E Almerinda era uma mulher negra, nordestina, jornalista, datilógrafa, militante feminista, sindicalista, advogada, poetisa e musicista, que se radicou no Rio de Janeiro em busca de melhores oportunidades e se aproximou de Bertha Lutz e da FBPF, foi na prática a única mulher negra e integrante da classe trabalhadora assalariada a participar do núcleo central do movimento sufragista.

A organização das mulheres através da FBPF ganha repercussão em todo país e no Pará a imprensa passa a noticiar os debates nacionais realizados com informes de primeira página e títulos apelativos como – “Femininos em Marcha”, “As Conquistas do Feminismo”, “O Feminismo Triunfante”, “O Voto Feminino” – explorando desde o processo estratégico da FBPF para conseguir a vitória do voto, no Senado, até enfoques depreciativos sobre a “mulher política”, ou também, “mulher pública” – estereótipo daquelas que pleiteavam a concessão do direito ao voto. (ÁLVARES, 1990)

O sufragismo na Amazônia tinha como expoentes a amazonense Orminda Ribeiro Bastos e a paraense Eneida de Moraes, que defendiam os pressupostos de igualdade de sua geração, e, de acordo com a produção literária e jornalística na década de 1920, assim como em suas ações práticas, integravam-se às correntes teóricas de suas épocas com traços significativos de duas tendências mais influentes do feminismo - a liberal burguesa (que valorizava a luta pelo direito do voto) e a socialista (que ampliava a dimensão da luta pela igualdade para outras conquistas sociais).

Orminda Bastos ganhou evidência através do jornalismo. Em seus artigos para a “Folha do Norte” sustenta, de forma serena, a questão do sufragismo, apontando a educação/instrução, o trabalho e a emancipação política como práticas e fatores para atingir a emancipação feminina. Orminda representou a liderança pioneira do sufragismo paraense, destacando-se pelo nível equilibrado no debate jornalístico, apresentando ideias próprias sobre a concessão irrestrita do voto à mulher e à filiação ao movimento brasileiro ao norte-americano quando assessorou Bertha Lutz nas Conferências internacionais na FBPF. (ÁLVARES, 1990)

Eneida de Moraes era jornalista e escritora, criada em uma época em que a política fervilhava em Belém, posteriormente fixando residência no Rio de Janeiro. Sua preocupação com as injustiças sociais a aproximou do comunismo, corrente de opinião política que passa a adotar para contestar o sistema vigente, liderando greves e movimentos populares. Fazia crítica ao compromisso das militantes com a conduta feminina tradicional, apontando que estas não romperam com a figura normatizada da mãe ligada ao lar.

Assim, através de diversas mulheres e suas visões sobre o tema, a luta pelo sufrágio no Brasil se deu até 1932, quando o novo governo implantado, fruto da Revolução de 1930, atendeu a essa reivindicação como parte de uma nova estratégia de dominação. A FBPF seguiu realizando diversos eventos e organizações de mulheres pelo Brasil, sendo que para estimular a candidatura de mulheres para a Assembleia Nacional Constituinte foram criadas as Ligas Eleitorais em vários Estados. Porém, poucas mulheres foram eleitas.

O voto feminino foi inicialmente incorporado em 1932, pelo Código Eleitoral, porém, somente para as mulheres casadas que tivessem autorização marital e para as viúvas com renda própria (VAZ, 2022, p. 176). Essas exigências deixaram de existir com a Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1934, em seu art. 108 e, “além do direito ao voto, as mulheres conseguiram incorporar muitas propostas na constituição, por exemplo, o acesso aos cargos públicos sem distinção de sexo e estado civil, a definição das atribuições da União, dos Estados e Municípios na proteção da criança.” (COSTA, 1998, p. 98)

Com a redemocratização em 1945, novos ventos sopravam e foi estabelecido o multipartidarismo, que veio a possibilitar o surgimento de diversos partidos e tendências ideológicas, fragmentando as oligarquias e seus coronéis em partidos diferentes. Mesmo com expressiva atuação das mulheres nas lutas pela democratização, isso não se refletiu em candidaturas e nenhuma mulher foi candidata à Câmara Federal, sendo eleita a primeira mulher deputada federal, Ivete Vargas, do PTB de São Paulo, somente na eleição de 1950. A única mulher eleita em 1958 era do PSD – Partido Social Democrático, criado por Getúlio Vargas, que futuramente veio ser a base fundamental de grupos dominantes locais, incluindo as grandes oligarquias nordestinas e grandes proprietários rurais. Fica assim evidente a lógica clientelista e personalista que marcou a eleição das primeiras mulheres parlamentares.

Portanto, a chegada das mulheres nos partidos políticos no Brasil está alinhada com as lutas, organização das mulheres em movimentos e ao mesmo tempo com a cultura política brasileira, coronelista, elitista, patrimonialista, com forte presença das oligarquias brancas nos espaços de poder. Nesse contexto, “laços de família, ligações comerciais e amizades pessoais, mas raramente ideologia, constituem os fatores decisivos na escolha de um coronel para membro do partido” (PANG, 1979:234. In: COSTA, 1998, p. 179). Não é difícil inferir que, desta maneira, o poder centraliza-se nas mãos de homens brancos, muitas vezes na figura de “chefe” ou “cacique” político, historicamente detentores de patrimônio, que vinham a decidir sobre as uniões e casamentos como forma de controle patrimonial.⁷

As exceções ao padrão dominante de participação se dão através de pequenos partidos identificados com a esquerda, em que a participação política se faz, também, pela herança da concepção de partido de massas. A trajetória das mulheres nos partidos, o reconhecimento da importância da participação feminina e seu protagonismo também estão diretamente ligados às lutas e reivindicações das mulheres, que com o passar do tempo, reafirmaram suas pautas e com esforço militante expuseram para a sociedade e forçaram os partidos a reconhecerem a situação de invisibilidade e subalternização das mulheres na política.

⁷ O clássico “Raízes do Brasil”, de Sérgio Buarque de Holanda (1936), expõe como os caciques locais instrumentalizavam o Estado para satisfazer seus interesses próprios, descrevendo em seu terceiro capítulo o modo de funcionamento do patriarcado rural, marca da tradição política do período colonial.

1.2 - Reflexões sobre o cotidiano e o incentivo à participação das mulheres nos partidos

Para iniciar uma reflexão sobre o cotidiano e o incentivo à participação feminina nos partidos, precisamos retomar às questões sobre a cultura política brasileira e o funcionamento dos partidos políticos no Brasil. Os partidos políticos brasileiros, na prática, funcionam como máquinas de ganhar eleições e de acordo com a cultura política do país, com as decisões tomadas por “chefes”, “coronéis” ou pequenos grupos de elite dirigente.

Nossa cultura política é forjada ainda nos tempos de Império da Coroa portuguesa, de forte característica clientelista e personalista, em que o Partido Liberal e o Partido Conservador se alternavam no poder. Ambos ligados ao mundo rural, eram bastante semelhantes e não agiam de acordo com identidades ideológicas. Desse modo, votavam um no outro sem grandes problemas, pois levavam em consideração seus interesses pessoais e a lealdade aos seus familiares. Além disso, o poder estava depositado nas mãos de chefes locais.

No decorrer da história, passando pela República Velha até o Estado Novo, os coronéis ditavam as regras e controlavam os partidos políticos, dividindo os cargos públicos entre familiares, amigos e aliados. O aparelho estatal não estava a serviço da população e sim dos ocupantes dos cargos, que buscavam somente tirar benefícios pessoais desses espaços. Mesmo posteriormente, a partir de 1945 com o multipartidarismo, os partidos eram nada mais que agremiações de líderes locais em busca de manutenção do poder, sem consistência ideológica ou coerência programática. Passaram a existir algumas poucas exceções, que são os partidos identificados com a esquerda, que pelo menos em tese constroem as instâncias decisórias sob controle da militância, buscando construir processos de democracia interna que fujam da lógica favoritista e personalista.

Historicamente os partidos políticos são organizações masculinas típicas da esfera pública. As mulheres, desde cedo, são condicionadas a viver a esfera privada, do cuidado, do lar. Deste modo, não havia nenhuma preocupação dos partidos em criar mecanismos para atrair mulheres para suas fileiras, pelo contrário, as mulheres eram vetadas a participar. “Foram os anarquistas e a social democracia europeia do século passado as primeiras organizações políticas a abrir suas portas às mulheres, antes que os sindicatos da classe operária o permitissem.” (COSTA, 1998, p. 183)

Assim, passa a ganhar força a organização das mulheres denunciando essa situação, além de tantas outras pautas que afligem o cotidiano das mulheres, como a violência de gênero. Para não se verem à margem do processo político em curso, os partidos se viram forçados a

incorporar as mulheres, reconhecendo a importância do eleitorado feminino. “Uma das primeiras exceções foi o Partido Comunista - PCB - que, apesar de estar preocupado em não ‘prejudicar suas tarefas domésticas’, apontava, em 1947, a necessidade de criar mecanismos que facilitassem a incorporação das mulheres ao partido.” (COSTA, 1998, p. 184).

Mas, na prática partidária, o que ocorreu foi a dificuldade de acesso das mulheres às candidaturas aos cargos representativos, especialmente os de maior prestígio, bem como dos cargos de direção partidária.

Vimos que as primeiras mulheres a furarem essa bolha da participação feminina nos partidos e serem lançadas a cargos relevantes, o fizeram a partir da lógica personalista e coronelista da política brasileira, ou seja, as mulheres brancas privilegiadas foram as pioneiras a ocupar espaços relevantes de poder. A dedicação à vida política exige muito tempo e dedicação, além de capital social e intelectual, e isso se torna uma das principais barreiras para a participação das mulheres nesse espaço. As mulheres são sobrecarregadas com as tarefas domésticas, de cuidado com os filhos, com o marido. Com a entrada das mulheres no mercado de trabalho, muitas passaram a acumular essas tarefas com a jornada de trabalho “formal”.

As mulheres, conscientes dessas problemáticas e tantas outras que nos afligem, passam a fortalecer e atuar organicamente, através dos movimentos estudantis, grêmios universitários, associações das Igrejas Católicas; enfrentavam a discriminação das suas pautas nesses espaços e dentro dos partidos de esquerda.

Na América Latina o contexto dos regimes militares criou um cenário específico. No Brasil, foi arrefecido o movimento feminista em função da repressão da ditadura. Por isso, somente em 1970 ressurgiu o movimento feminista, incorporando referências políticas e culturais europeias e estadunidenses. O movimento de mulheres negras passa a ganhar importantes referências intelectuais nos Estados Unidos e que vêm a influenciar no Brasil a ascensão de grandes lideranças negras, que participam tanto do movimento quanto da produção intelectual sobre as pautas das mulheres negras.

Apesar da efervescência do movimento feminista, a participação de mulheres nos partidos e a ocupar candidaturas de grande relevância ainda permaneciam na lógica favoritista da política brasileira. “Em 1966, com o estabelecimento do bipartidarismo depois do golpe militar, as mulheres eleitas pertenciam ao partido governante, a ARENA, o mesmo ocorrendo nas eleições de 1970, 1972 e 1976.” (COSTA, 1998, p. 184). Nas eleições de 1988 foram eleitas algumas prefeitas pelo PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro e as demais prefeitas eleitas pelo Brasil pertenciam aos principais partidos de direita, das vereadoras a

esquerda elegeu somente 6%. O número de mulheres eleitas passa a aumentar, porém são majoritariamente de partidos de direita, tendência que segue nas eleições de 1992.

É importante ressaltar que:

Essas mulheres não são conservadoras em função do seu gênero, e sim como resultado do contexto sócio-político em que vivem, no qual a família e sua rede de compromissos e alianças joga um papel fundamental. É por esse motivo que a família é determinante na seleção partidária no nordeste brasileiro. (COSTA, 1998, p.186)

Diante de um cenário político em que o poder está majoritariamente nas mãos dos partidos de direita, o desafio para o movimento feminista se torna maior quanto à participação das mulheres na política institucional. Deste modo, os partidos de esquerda, mesmo com todos os problemas que as mulheres também enfrentam relacionados ao sexismo e ao racismo, são os espaços onde as mulheres irão se organizar e fortalecer sua presença na política, construindo outra lógica de cultura política.

Segundo Barros e Nascimento (2021), “mulheres filiadas a partidos de esquerda, solteiras e mais escolarizadas são as mais participativas na estrutura das agremiações”. Acrescentam que “movimentos estudantis e sociais são os principais mecanismos de recrutamento partidário de mulheres de esquerda, enquanto na direita são as relações de parentesco.” Nesse mesmo estudo, aponta-se que os déficits de participação feminina nas estruturas e nas instituições de representação política se dão pela baixa participação das mulheres nas estruturas organizacionais dos partidos.

Vários estudos brasileiros mostram que fortalecer a representação partidária das mulheres no interior das agremiações é um passo importante para garantir melhor representação feminina de forma mais ampla (BARBOSA, 2015; BARREIRA; GONÇALVES, 2012; CROWDER-MEYER; LAUDERDALE, 2014. In: BARROS, Antonio T.; NASCIMENTO, Willber da S., 2021, p. 193)

Isso porque as agremiações partidárias exercem função relevante em toda a escada de acesso à política, desde a filiação ao lançamento de candidaturas e à eleição propriamente dita. Atuam, portanto, como “reguladores das desigualdades de gênero no campo das disputas” e como “lugares importantes tanto na gestão e ampliação de espaços democráticos como na construção de candidaturas” (BARREIRA; GONÇALVES, 2012. In: BARROS, Antonio T.; NASCIMENTO, Willber da S., 2021, p. 193)

Isso se dá porque o fator primordial que pode dificultar ou incentivar o acesso das mulheres ao partido é a organização interna destes partidos. Muitas mulheres tomam

consciência dessa realidade e passam a se empenhar nessa presença na organização em busca de avanços quanto à nossa participação na esfera política. Além disso, valores culturais também influenciam. Numa sociedade com cultura de valorização da igualdade e paridade entre os sexos são maiores as chances de partidos e sistemas políticos serem mais inclusivos.

Nos estudos sobre a participação das mulheres na estrutura organizacional de partidos, destacam-se como fatores que mais dificultam a participação feminina nesses espaços:

(a) fragmentação partidária; (b) baixo nível de nacionalização; (c) personalismo na direção e na gestão das agremiações; (d) formação de oligarquias e dinastias partidárias; (e) baixo investimento em políticas de inclusão feminina; (f) baixa presença de mulheres nas instâncias decisórias dos partidos; (g) baixo nível de institucionalização da militância feminina (ARAÚJO, 2005; GUIMARÃES; RODRIGUES; BRAGA, 2019. In: BARROS, Antonio T.; NASCIMENTO, Willber da S., 2021, p. 191)

O descrédito geral na política e a dificuldade de conciliar a política com os afazeres familiares, além da maneira como as mulheres são vistas pela sociedade permanecem sendo também obstáculos à participação feminina nos partidos políticos. As mulheres acabam ocupando cargos de menor relevância na estrutura da organização partidária, o que resulta em “histórias invisíveis”. Ocorre, por exemplo, quando candidatas são negligenciadas pelo próprio partido, não recebendo o apoio devido para a campanha. Haja vista que os fatores principais para o sucesso eleitoral são o financiamento de campanha e a ocupação prévia de cargos públicos ou eletivos, as mulheres se veem em franca desvantagem, pois ambos são dificultados para as mulheres, sobretudo para mulheres negras.

O ponto central, de acordo com Sacchet (2012) é que os partidos:

não apenas têm preferência por candidatos homens, mas que eles funcionam por uma lógica de comportamento masculino que isola e desestimula a participação feminina. Os líderes partidários, entretanto, ao serem questionados sobre o assunto, contestam tal noção e, de forma mais ou menos explícita, atribuem às próprias mulheres a causa de seu baixo desempenho eleitoral, apresentando como explicação contundente seu suposto desinteresse político (SACCHET, 2012, p. 165, In: BARROS, Antonio T.; NASCIMENTO, Willber da S., 2021, p. 195)

A constatação, entretanto, é que os partidos exercem um peso central para a promoção política das mulheres, considerando-se sua importância no processo de recrutamento e seleção de candidatos, como fonte de recursos financeiros e sua influência sobre a agenda política. (SACCHET, 2012, p. 184, In: BARROS, Antonio T.; NASCIMENTO, Willber da S., 2021, p. 195)

Ou seja, de forma velada os homens culpam as mulheres por seu baixo desempenho eleitoral e participação política. Porém, não as descartam devido à importância de interlocução e comunicação com o eleitorado feminino, além da necessidade de cumprimento da lei de cotas de gênero nas candidaturas (Lei nº 9.504/97)⁸, extenuando, assim, uma lógica utilitarista das mulheres. Por fim, o cotidiano das mulheres e sua participação nos partidos é de enfrentamento ao sexismo e o aumento de sua participação dependerá da atuação das próprias mulheres para mudança desse cenário.

1.3 – Mulheres negras e política institucional

O histórico de participação das mulheres negras de forma orgânica no movimento feminista é invisibilizado. É sabido que as mulheres negras lutam e se organizam por sua sobrevivência, desde que foram atravessadas de África e tiveram seus corpos escravizados. Porém, o papel de protagonismo e liderança nos espaços institucionalizados de organização feminina couberam às mulheres brancas e isso se deu por conta do racismo estrutural impregnado na sociedade brasileira. Portanto, além das questões de gênero, as mulheres negras precisam enfrentar o racismo na sociedade, inclusive no interior dos movimentos sociais e partidários.

A natureza feminina negra é continuamente desvalorizada e a desvalorização é continua porque não se encerrou com o fim da escravidão. A construção do estereótipo da mulher negra se dá desde os tempos coloniais e gira em torno da depreciação e subalternização de nossos corpos, posto que, ao se encerrar o período escravagista as mulheres negras foram lançadas à margem do mercado de trabalho formal, sendo absorvidas pelo trabalho doméstico, que é invisibilizado. As atividades remuneradas destinadas às mulheres negras estavam ligadas a postos mais subalternizados, de maior exploração e essas questões não faziam parte da agenda de luta dos movimentos de mulheres em seus primórdios, sendo necessária futuramente a articulação das mulheres negras em movimentos próprios.

Diante de um cenário de cultura política paternalista e oligárquica, que dificulta a presença até mesmo das mulheres brancas nos espaços de poder, as mulheres negras veem vetadas sua participação e a visibilidade das suas ações, tendo, assim, uma lenta inserção na

⁸ Art. 10 § 3º Do número de vagas resultante das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo.

política institucional, na qual a aparição de mulheres negras é fruto das lutas e organização destas mulheres, que é algo recente, assim como os estudos e pesquisas sobre a situação da mulher negra na política.

A situação histórica das mulheres negras, nesse contexto, sobressai como ainda mais delicada, vez que, quando as mulheres brancas passaram a ter o direito a ocupar os espaços públicos, tal realidade só se mostrou possível em virtude de mulheres negras dedicarem a sua força de trabalho para desenvolverem as atividades domésticas, já que não houve uma alteração nos papéis tradicionais de gênero. (ALMEIDA, Jéssica T.; MACHADO, Raquel C.R., 2021, p. 394)

O avançar dos estudos sobre mulheres negras na produção acadêmica e científica é um fator preponderante para dar visibilidade à participação destas na política. Temos aqui como exemplo a obra “As donas no Poder. Mulher e Política na Bahia”, de Ana Alice Alcântara Costa, produzida em 1998, que, ao mencionar os nomes das poucas mulheres eleitas deputadas estaduais em todo o Brasil em 1935, ignora o nome de Antonieta de Barros, primeira mulher negra eleita no Brasil nesse mesmo ano, filha de ex-escrava e que ocupou a vaga de deputada estadual em Santa Catarina (ALMEIDA, Jéssica T.; MACHADO, Raquel C.R., 2021, p. 394).

Ainda em 1931, foi formada no Brasil a Frente Negra Brasileira, considerada pelas Nações Unidas como primeiro partido político da população afrodescendente, e apesar das mulheres negras terem importante participação, sendo chamadas de “frente negrinas”, estas eram subalternizadas e alijadas dos cargos de instâncias decisórias, monopolizadas pelos homens. (Domingues, 2007. In: ALMEIDA, Jéssica T.; MACHADO, Raquel C.R., 2021, p. 394). Portanto, apesar do sexismo unir mulheres negras e brancas, o racismo e as condições sociais historicamente as diferenciam em suas agendas políticas.

Por essas particularidades, as feministas negras vêm questionando a “identidade do grupo mulheres”, demonstrando que a interseccionalidade é fator primordial para se realizar análises mais justas e que deem conta da diversidade de pautas e necessidades das mulheres. Não há mais como considerar o grupo mulheres como algo homogêneo; é necessário, para além do gênero, considerar raça e classe nas análises, conforme Angela Davis, bell hooks e Lélia Gonzalez apontam em suas produções sobre a temática. “O olhar interseccional permitiu perceber que o feminismo tradicional excluiu a realidade das mulheres negras de sua agenda política e jurídica, assim como constatar o machismo estrutural dentro do movimento negro” (ALMEIDA, Jéssica T.; MACHADO, Raquel C.R., 2021, p. 395).

Outra condicionante importante para a análise da presença das mulheres na política institucional é a questão estética, já que a aparência de candidatos é um fator preponderante na

decisão do voto do eleitorado. Segundo pesquisa de Rosenberg *et al.* (1986), os eleitores elaboram, a partir da aparência, o caráter dos candidatos, como simpatia, atratividade, competência, liderança e integridade. As sociedades ocidentais, inclusive a brasileira, construíram os estereótipos estéticos com base no racismo, estigmatizando o caráter atribuído a pessoas negras. Segundo Frantz Fanon, em *Pele Negra, Máscaras Brancas* (2008), o ser negro é estigmatizado no mundo branco enquanto ruim, malvado, feio, sendo inserido nessa posição de inferioridade em relação ao branco, enquanto o Outro do branco.

Para as mulheres negras, além das estruturas do racismo e sexismo posicioná-las no âmbito doméstico, privado, distante dos espaços de prestígio, político-decisórios, a questão estética ganha a agravante da sexualização e objetificação de seus corpos, como bem enfatiza Lélia Gonzalez (1988) que aborda sobre o pensamento estereotipado sobre as mulheres negras, oriundo do período escravagista, que desumaniza as mulheres negras e as divide nas categorias mulata, mãe preta e doméstica.

O endeusamento da negra ocorre no carnaval, onde se encena o mito da democracia racial, em que passa a ser adorada e devorada pelos brancos que vem de outras terras vê-las, e como todo mito, se oculta seu cotidiano de mulher negra, a doméstica, e a veneração é tão somente de seu corpo, de seu sexo, de um objeto a ser consumido. Mulata e doméstica sofrem com a modernização do que foi no passado chamada de mucama. (GONZALES, 1988 In: FRANCO, 2022, p. 16)

Portanto, diante dos fatores históricos e estruturais que dificultam a participação das mulheres negras na política institucional, faz-se necessário pensar em políticas que fomentem a inclusão do segmento nesses espaços. Pensar em políticas públicas voltadas às especificidades das mulheres negras exige a representação de pessoas que entendam e enxerguem todo o cenário político e social por essa perspectiva, o que torna necessária a presença das mulheres negras no poder político.

Somente a partir de 2014 foi incluída a variável cor/raça nos arquivos dos candidatos e, segundo dados das eleições desse ano, fornecidos pelo TSE - Tribunal Superior Eleitoral, 205 mulheres negras concorreram à disputa legislativa pelo PT e 198 pelo PSOL. No ano de 2018, 240 pelo PT e 265 pelo PSOL, sendo os partidos que mais agregaram mulheres negras em suas listas. Nas eleições municipais de 2016, do total de 497.864 candidatos, 158.596 eram mulheres, significando 31,9% do total. 73.009 mulheres que se candidataram às eleições municipais eram negras, o que corresponde a 14,6% da quantidade de candidatas e candidatos, sendo que o partido com mais mulheres negras era o PMDB (atual MDB) (SANTOS, 2020, p. 30). Observa-

se, assim, que são os partidos com proximidade com o espectro da esquerda que apresentam crescimento no número de mulheres negras candidatas.

Nesse florescer de mulheres negras nos espaços de representação política, algumas ganham destaque quanto a defesa de pautas voltadas às mulheres negras, como Benedita da Silva (PT-RJ), Andreia de Jesus (PSOL-MG), Leninha Alves (PT-MG), Érica Malunguinho (PSOL-SP), primeira mulher negra e transexual eleita deputada estadual, Dani Monteiro (PSOL-RJ), a mais jovem eleita deputada estadual na ALERJ – Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, Mônica Francisco (PSOL-RJ), Renata Souza (PSOL-RJ), Olivia Santana (PCdoB-BA) e Marielle Franco (PSOL-RJ) que veio a ser assassinada em 2018, com fortes evidências de crime político até o momento não solucionado.

O caso Marielle Franco chama atenção para a agravante da violência política contra mulheres negras, que vem a se configurar em mais um fator determinante para o afastamento das negras do espaço institucional e que, precisa ser considerado dentro das pautas das mulheres negras nas representações políticas. A morte da então vereadora Marielle foi o estopim para a reação de mulheres negras, que se levantaram contra a violência política. É nesse contexto que nasce o Instituto Marielle Franco, que dentre as diversas ações que se propõe, publicou importantes pesquisas, como “A Violência Política contra as Mulheres Negras”, em 2020 e, “Violência Política de Gênero e Raça no Brasil”. O Instituto também criou o Comitê Marielle Franco de Enfrentamento a Violência Política Contra Mulher.

Na pesquisa de 2020, “A Violência Política contra as Mulheres Negras”, foram mapeados sete tipos distintos de violência política de gênero e raça, que aqui são elencados na ordem de maior ocorrência: violência virtual, moral e psicológica, institucional, racial, física, sexual e de gênero e/ou LGBTQIA+.

Com o advento da tecnologia nas comunicações, acompanhamos as mudanças que passam a operar na vida e cotidiano das pessoas. Ao mesmo tempo que amplifica as vozes e a capacidade de mobilização, conectando culturas e formas de pensar, com grande velocidade, a tecnologia também tem sido instrumento para a promoção de violências cotidianas contra grupos politicamente marginalizados na sociedade.

A pandemia de COVID-19 impulsionou a comunicação virtual nas últimas eleições municipais de 2020, o que também explica o alto índice de violência política virtual. Ainda sobre a Pesquisa “A Violência Política contra as Mulheres Negras”, de 2020, o estudo aponta que das candidatas negras pesquisadas, 78,1% relataram ter sofrido violência virtual, que inclui mensagens machistas e/ou misóginas nas suas redes sociais, por e-mail ou outros aplicativos,

comentários racistas, participação em reunião virtual que foi invadida, ataques com conteúdos machistas e racistas durante a participação em live, ter sido vítima de criação e disseminação de notícias falsas, ter sofrido invasões nas suas redes, ter sofrido algum tipo de censura nas redes e comentários e/ou mensagens LGBTfóbicas.

Recentemente, em abril de 2023, duas parlamentares negras e paraenses, a Vereadora Bia Caminha (PT-PA) e a Deputada Estadual Lívia Duarte (PSOL-PA) foram vítimas de violência política virtual, tendo recebido, pela internet, mensagens anônimas contendo ameaça de morte, razão pela qual acionaram os órgãos de segurança pública para registrar as ameaças sofridas.⁹

No que tange à violência institucional, a pesquisa aponta que o que marca a experiência de candidatas e parlamentares negras é o racismo institucional. “Para Uberti Pellizzaro, em artigo produzido para o portal Geledés, racismo institucional é basicamente o tratamento diferenciado entre raças no interior de organizações, empresas, grupos, associações e instituições congêneres.” (IMF, 2020, p. 15).

É importante mencionar sobre a concepção de racismo institucional, que é um importante avanço teórico em relação ao estudo das relações raciais, pois o racismo passa a não se resumir somente a atitudes individuais, e sim como resultado do funcionamento das instituições, que passam a atuar numa dinâmica que confere, ainda que de forma indireta, privilégios e desvantagens com base na raça. A desigualdade racial é uma característica da sociedade não somente pelas ações isoladas de indivíduos ou grupos racistas, mas fundamentalmente porque as instituições são hegemônicas por determinados grupos raciais que utilizam mecanismos institucionais para impor seus interesses políticos e econômicos, com estabelecimento de parâmetros discriminatórios baseados em raças para manter a hegemonia do grupo racial no poder. (ALMEIDA, 2019)

O racismo institucional vem, deste modo, a constranger e afastar mulheres negras desses espaços com uma série de ações, episódios e falas que fazem a própria vítima se questionar quanto à sua capacidade de ocupar o espaço político. De xingamentos públicos a ações sutis, como a fotografia do santinho que corta parte do cabelo da candidata, são inúmeras as formas de violência contra mulheres negras na política.

⁹ <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2023/04/19/parlamentares-denunciam-ameaca-de-morte-no-para.ghtml>
<https://pt.org.br/violencia-politica-vereadora-bia-caminha-recebe-ameaca-de-morte-no-para/>
<https://www.oliberal.com/politica/deputada-livia-duarte-afirma-que-a-policia-federal-investiga-ameacas-de-morte-dirigidas-a-ela-1.670612>
<https://www.alepa.pa.gov.br/noticia/9085/>

Retomando a pesquisa “A Violência Política contra as Mulheres Negras”:

Os principais agentes agressores são os próprios dirigentes do partido político, representando mais da metade (50,7%) e militantes do partido (12,3%). Servidores, juízes, promotores de justiça eleitoral aparecem em terceiro lugar na lista dos principais agentes de violência institucional com 9,5%, reforçando que mulheres negras que ousam entrar na política institucional precisam enfrentar barreiras não apenas em seu próprio partido, espaço que deveria ser de apoio, como também não encontram respaldo no sistema de justiça eleitoral, uma vez que os representantes desse sistema reproduzem violências contra as mesmas. (IMF, 2020, p. 16)

Portanto, para propor mudanças e soluções para os desafios que as mulheres negras e grupos vulnerabilizados enfrentam, é necessário colocar no centro da análise as instituições do sistema político brasileiro. Este trabalho de pesquisa se propõe a contribuir com a análise sobre o Partido dos Trabalhadores nesses aspectos.

2 - PARTIDOS POLÍTICOS E DEMOCRACIA INTERNA

Estamos cansados de saber que nem na escola, nem nos livros onde mandam a gente estudar, não se fala da efetiva contribuição das classes populares, da mulher, do negro do índio na nossa formação histórica e cultural. Na verdade, o que se faz é folclorizar todos eles.

Lélia Gonzalez

2.1 – Evolução da democracia brasileira através dos partidos políticos

Os partidos políticos se originam no mundo a partir da era moderna, diante da complexificação das sociedades, com a diversificação de demandas e interesses sociais, podendo afirmar que são um fenômeno ocidental. De acordo com Maurice Duverger (1987), os partidos políticos, da forma que conhecemos atualmente, são as organizações que visam o enquadramento das massas e à seleção de quadros, correspondendo às estruturas das sociedades contemporâneas, condutos da vontade popular, executores de sua soberania.

Lamonier e Meneguelo (1986) apontam que a visão de partido que mais se ajusta à história partidária brasileira é a de Joseph Schumpeter, que define os partidos como criações artificiais, fundadas deliberadamente por “empresários” políticos que vislumbram o poder através do mercado político. A história da formação do Estado brasileiro circunda pelo poder nas mãos das elites. Portanto, abordar a evolução da democracia brasileira implica relacioná-la com o modelo econômico que deu origem ao Estado que se construiu. A escravização e a exploração dos recursos naturais deram o tom da mentalidade das elites brasileiras, que deixam marcas profundas até a atualidade, influenciando nas organizações sociais e políticas que, mesmo após a independência da coroa portuguesa, não abandonaram a lógica predatória e exploratória, tanto que as organizações político-partidárias nada mais eram que agrupamentos familiares e facciosos que prestavam favores aos seus e à coroa.

As lógicas coronelista, patrimonialista e favoritista caracterizam a nossa cultura política, tendo origem nesse modelo econômico de consolidação do Estado, que ainda se faz presente no regime democrático atual e também no funcionamento das organizações partidárias. Os movimentos contínuos de manutenção do poder nas mãos da elite marcam a nossa história, seja

por meio da legislação ou da força. Para embasar essa análise, é importante fazer um resgate histórico da política brasileira desde o Brasil Colônia, com enfoque nas organizações político-partidárias.

No período colonial, o ambiente não era propício à criação de partidos políticos, haja vista que os interesses políticos circundavam em torno da dependência econômica e política de Portugal. A conjuntura política era de manutenção dessa dependência ou de independência da colônia brasileira. Embalados pelos ideais do liberalismo econômico que já circulavam pelo mundo, aconteceram diversos levantes contra o domínio português, como a Inconfidência Mineira, que aparentemente demonstraram a existência de formações partidárias, que, no entanto, não se constituíam como partidos políticos, pois que as legislações à época não reconheciam a existência destes, estando esses agrupamentos mais caracterizados como grupos políticos ou facções.

No período imperial, pós Proclamação da Independência em 1822, foi instalada a Assembleia Nacional Constituinte e a Constituição de 1824 deu origem ao Poder Moderador, personificado na figura do Imperador como um quarto poder, numa grande concentração de poder que não permitia a ascensão de projetos de organização partidária. De acordo com Reginaldo Vieira:

A configuração política do país no período correspondente à Regência Trina Provisória constituía-se em três grupos: os denominados exaltados ou jurujubas, os quais, em conjunto com os republicanos e revolucionários, formariam o Partido Liberal, hasteando a bandeira de uma nova Carta Constitucional, não manchada pela outorga imperial; os denominados moderados ou chimangos, centristas, defensores da Constituição outorgada, os quais formariam o Partido Conservador; e, por último, os denominados reacionários, os “caramurus”, defensores da volta de D. Pedro I, os quais tiveram uma vida efêmera, em consequência da precoce morte do imperador deposto. (VIEIRA, 2002, p. 70)

O Partido Liberal representava a burguesia urbana, que não mantinha relação e compromisso direto com o regime feudal e escravocrata, ligadas aos bacharéis e profissionais liberais de ideais progressistas. Em contraponto, o Partido Conservador estava alinhado à ordem vigente, sendo o núcleo central das elites reacionárias, majoritariamente formado por grandes grupos rurais da agricultura e pecuária, interessados na manutenção de seus interesses e do regime escravocrata. É importante ressaltar que, apesar de adotarem a nomenclaturas de partidos políticos, esses agrupamentos do período imperial nada mais eram que agências de interesses das elites rurais e urbanas, pois não possuíam os pressupostos e organicidades inerentes a um verdadeiro partido. Além disso, na prática, essa divisão dos grupos desaparecia

quando se tratava de ameaça aos interesses das elites, o que se observava na dura repressão às insurreições populares da época, como a Revolta da Cabanagem e a Revolução Praieira, em 1848. Sobre esta, convém destacar que:

Os praieiros foram o primeiro movimento revolucionário que rompia com o pacto existente das elites, de fazerem as reformas gradualmente, pelo alto e de acordo com os seus interesses. Em um só momento defendia-se a independência dos poderes, rompia-se com o regime de exploração escravocrata e colocava-se às massas alijadas do processo eleitoral a possibilidade de serem agentes de seu destino, esta última, condição necessária para a existência de partidos políticos. (VIEIRA, 2002, p. 72)

Deste modo, a história segue curso para o período republicano, numa lógica oligárquica que dava o tom dos agrupamentos políticos chamados de partidos e influenciou a primeira leva de representantes republicanos da República Velha (1889 à 1930), mantendo uma cultura antipartidária que terá reflexos em toda a história republicana, pois “os partidos sempre foram vistos não como instrumentos da democracia, mas como entrave à concepção de democracia almejada e implantada pelos estratos dominantes da sociedade.” (VIEIRA, 2002, p.76).

O período de industrialização no país vem a ser um marco, devido ao aumento do contingente de operários urbanos que, através da organização sindical, greves e reivindicações em defesa dos interesses de classe, passam a fomentar a criação de organizações em defesa de interesses da base da sociedade. Os partidos operários surgem a partir de 1890, sendo duramente reprimidos pelas elites por meio da força ou de legislações que impediam o funcionamento dessas organizações.

A primeira organização partidária que coadunava com a moderna concepção orgânica de partido político foi o PCB – Partido Comunista Brasileiro, em 1922, formado por sindicalistas revolucionários e intelectuais progressistas, buscando sensibilizar os setores do proletariado nacional para a luta pela implantação da ditadura do proletariado. O partido teve a curta duração legal de três meses, tendo seu registro cassado através de ato das elites objetivando impedir a organização popular e sindical. Em resumo, a República Velha tinha uma expectativa de mudança em relação ao Império, no que tange a organização de partidos políticos, que não se consumou, numa lógica que se manteve no período da Segunda República (1930 a 1937).

No Estado Novo, Terceira República (1937 a 1945), o poder se dividia entre as oligarquias e os militares, com o governo Vargas fechando o congresso e proibindo a existência de partidos políticos, num golpe que contou com a fundamental participação das forças armadas e a instalação do fascismo. Somente o PCB, mesmo na ilegalidade, conseguiu se manter, e os

integralistas viram a necessidade de um partido político para legitimar os atos do governo perante a sociedade. Nesse sentido, tentou-se criar a Legião Cívica Brasileira. Porém, o clima pós segunda guerra com a derrota dos regimes nazifascistas, gerou condições para o surgimento de oposição ao Estado Novo, com diversas manifestações populares e o crescimento da oposição pública à ditadura. Por conseguinte, o próprio Getúlio editou normas para fazer a transição ao regime democrático, com apoio dos sindicatos e, surpreendentemente, do PCB, com a intenção de manter o controle da situação. Os militares não permitiram tal manobra e deram fim ao Estado Novo.

Na Quarta República (1945 à 1964), com a deposição de Getúlio Vargas, não houve alteração nas estruturas socioeconômicas, mas esse período de redemocratização iniciado em 1945 traz o liberalismo político e forte influência getulista, tanto que “dois dos maiores partidos criados tinham por base as estruturas de seu governo: o Partido Social Democrático – PSD, nos interventores e o Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, no sindicalismo oficial.” (VIEIRA, 2002, p.93). O maior partido de oposição viria a ser a UDN – União Democrática Nacional, tendo ocorrido também a volta do PCB à legalidade, sendo concretizada a abertura democrática através da Lei Constitucional nº 9, de 1945. Nesse processo, surge a exigência de certo número de eleitores para constituição de partidos políticos, com regras que favoreciam as lideranças individuais, o que contribuiu para gerar um sentimento de que partido político era algo desnecessário. Apesar de a Constituição de 1946 reconhecer a existência dos partidos políticos, não foi lhes dado o tratamento democrático, a exemplo do Partido Comunista que, diante de seu crescimento, teve seu registro cassado e manteve-se na clandestinidade, permanecendo ativos os partidos que não ofereciam mudanças ou rupturas ao *status quo* vigente.

O Partido Comunista Brasileiro, apesar das inúmeras cisões que sofreu, continuou sendo o principal partido de esquerda no Brasil até a criação do Partido dos Trabalhadores.[...] Além de pressões internacionais, motivadas pelas relações que o PCB matinha com a União Soviética, num momento em que o mundo entrava em plena Guerra Fria, motivos de ordem interna foram, seguramente, decisivos para sua ilegalidade. O PCB tinha se mostrado uma força política e eleitoral que assustou liberais e conservadores. Em 1945, Yedo Fiuza, seu candidato à Presidência da República, obteve cerca de 10% dos votos válidos nacionais, sendo o mais votado em Pernambuco. O partido fez 14 deputados federais e seu líder mais popular, Luís Carlos Prestes, foi eleito senador. Em fins de 1946, o PCB contava com mais de 180 mil militantes, duas editoras e oito jornais diários. Nas eleições de 1947, fez 46 deputados estaduais e obteve 8,6% do total dos votos dados ao PTB (10,2%), com um deputado estadual eleito no Pará. (PETIT, 1996, p. 30-31)

Portanto, com essa ameaça, o mandato de todos os militantes do PCB eleitos entre 1945 e 1947 foi cassado pelo Congresso Nacional em 1948, entre eles o deputado estadual paraense

Henrique Felipe Santiago e seus respectivos suplentes, e o sistema partidário no Brasil passa a representar apenas os interesses das classes dominantes. Não havia organizações partidárias de caráter nacional que viessem a representar as reais demandas da sociedade, posto que as elites impediram a existência dessas organizações. Como consequência, tivemos um vácuo ocupado pelos militares, que já se faziam presentes na política nacional desde o início do Império e vieram a se constituir como representantes de estratos da nascente classe média.

Importante destacar o interesse do governo federal na Amazônia, que toma proporções inéditas, tendo como consequência a construção da rodovia Belém-Brasília em 1960, no marco das políticas desenvolvimentistas implementadas nos mandatos de Getúlio Vargas (1951-1954) e, sobretudo, de Juscelino Kubitschek (1956-1961). As grandes transformações socioeconômicas na região e o aceleração de sua integração à economia nacional e internacional são reflexo das preocupações geopolíticas da cúpula militar quanto ao controle dos espaços fronteiriços. (PETIT, 1996, p. 35)

O Regime Militar, Quinta República (1964 a 1984), representou o mecanismo das forças conservadoras para manutenção da ordem vigente. Os militares, com apoio das oligarquias reacionárias, avocam para si o papel de guardiões da nação, da moral, da disciplina e da lisura nas instituições. Bastava ser contrário ao regime para ser considerado um inimigo do governo, com o que se coibiu a existência de oposição política, com adoção de regras e leis que dificultavam ou impossibilitavam o funcionamento das instituições políticas.

Com o Ato Institucional nº 2 foi determinada a extinção dos partidos políticos, dando vez a um bipartidarismo artificial, assim, com objetivo de dar ares de normalidade política, surge a ARENA – Aliança Nacional Renovadora, autêntica representante das elites, e o MDB – Movimento Democrático Brasileiro, que assumia apenas críticas construtivas ao governo.

Seguindo a estratégia de simulação da normalidade política, foram posteriormente permitidas a criação e existência de partidos políticos, porém com regras que dificultavam o surgimento ou crescimento destes. A insatisfação popular se materializou na grande quantidade de votos brancos e nulos em 1970. Posteriormente, em 1978, preparado o terreno para a gradual e negociada transição do regime militar para o civil, “a abertura definitiva em direção ao rompimento do bipartidarismo existente veio a ocorrer com a Lei nº 6.767, de 20 de dezembro de 1979, editada pelo presidente Figueiredo, o último presidente militar da ditadura.” (VIEIRA, 2002, p. 106)

A partir de então, ARENA e MDB são extintos, dando vez ao surgimento de seis novos partidos: PDS - Partido Democrata Social, representando o governo e substituindo a ARENA;

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro, em substituição ao MDB; PP - Partido Popular – PP, mesclando representantes da ARENA e do MDB; PTB - Partido Trabalhista Brasileiro, homônimo daquele existente na Quarta República; PDT - Partido Democrático Brasileiro, tendo como expoente Leonel Brizola e composto por parte dos ex-petebistas, e o PT - Partido dos Trabalhadores, ligado ao emergente movimento sindical paulista.

Dos partidos organizados, somente o PT representava uma novidade, consubstanciando uma ruptura com a concepção tradicional dominante na história política brasileira. O PT encarnava a concepção orgânica de partido político, aos moldes dos escritos gramscianos, tendo como pressuposto ser um agente coletivo em prol da transformação da sociedade. Era um partido construído de baixo para cima, com ampla participação dos movimentos sociais e sindicais. (VIEIRA, 2002, p. 107)

Assim, foi ganhando força o desejo de redemocratização. A insatisfação popular acabou tomando as ruas através do movimento das *Diretas Já!*, com a participação de movimentos sociais, igrejas, sindicatos, artistas, intelectuais e de três partidos: PT, PDT e PMDB. Esse movimento resultou numa emenda constitucional apresentada pelo deputado Dante de Oliveira, estabelecendo eleições diretas para Presidente, mas que não obteve o número de votos necessários para aprovação, vindo a se concretizar o restabelecimento do governo civil somente dez anos depois, numa solução negociada para o fim do regime ditatorial e a eleição de Tancredo Neves para presidência da República. Ex-udenista e aceito pelos militares, o nome de Tancredo Neves apenas se tornou possível através de um acordo entre o PMDB e dissidentes do PDS (que viria a formar o PFL – Partido da Frente Liberal), que indicaram para vice-presidente José Sarney, ex-presidente da ARENA.

Tancredo Neves faleceu em abril de 1985, não conseguiu tomar posse da presidência, e o acordo de redemocratização negociado pelas elites sofre sua primeira dificuldade, a contestação da legalidade da posse do vice-presidente eleito. Mesmo assim, Sarney assumiu e emergiram medidas políticas diversas, como a legalização dos partidos comunistas, o restabelecimento do direito ao voto aos analfabetos e a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte. Cabe destacar o real sentido dos partidos políticos nesse processo:

A ausência de participação popular foi a marca das aparentes rupturas em andamento no estamento dominante. Em gabinetes, longe do povo eram realizados os conchavos, as transições, eliminando-se as alternativas transformadoras e alterando-se os governantes, sem, no entanto, modificar a concepção política. Neste sentido, os partidos políticos foram apenas meras ferramentas utilizadas para que as oligarquias mantivessem a estrutura de poder vigente. A existência e o funcionamento das agremiações partidárias estiveram ao alvitre do chefe do executivo de plantão. Alterações na legislação com uma velocidade que não possibilitava a sua assimilação

pela sociedade foram a marca de todo o período estudado. A engenharia eleitoral editada pelos militares foi o instrumental utilizado para legitimar o regime e garantir a vitória do partido do governo. (VIEIRA, 2022, p. 110)

Foi permitida a existência de oposição, desde que não ameaçasse o regime, e as elites, através da estrutura do Estado, procuravam impedir a existência do PCB e PT, mantendo a lógica de privilegiar lideranças individuais em detrimento dos partidos, pois as lideranças descomprometidas com pautas programáticas são mais fáceis de controlar e negociar.

Para avançar na construção de um sistema partidário que permita a representatividade de diversas correntes ideológicas, seria necessário consagrar o princípio da autonomia dos partidos políticos, ou seja, limitar o poder do Estado de interferir na organização e gestão dos partidos. A Assembleia Constituinte avançou nesse sentido, logrando superar a resistência dos setores conservadores e autoritários do país. A sociedade brasileira então se prepara para entrar na era dos partidos políticos orgânicos, ideológicos, que vão ter fundamental papel na consolidação do Estado Democrático, contribuindo para a organização do povo brasileiro e de grande importância junto aos diversos setores da sociedade civil.

A Assembleia Constituinte foi de fato um aprendizado na busca da consolidação de um regime democrático, significando para as instituições partidárias o desafio de representar a sociedade com suas questões de caráter regional, racial, religioso, ecológico, de cunho social e econômico. Esse processo levou os partidos a reconhecerem a ausência de programa político definido e orgânico, fundado em base popular ampla, o que gerou longas discussões sobre a organização e o funcionamento dos partidos. Dentre as principais polêmicas, Vieira (2002) destaca as seguintes: a liberdade de organização dos partidos; o sistema eleitoral, se distrital, puro ou misto, ou proporcional; a natureza jurídica, se privada ou pública; a filiação e disciplinas partidárias; a autonomia interna dos partidos; e o requisito ou não de determinados quocientes para o funcionamento parlamentar.

Nesse processo, observou-se total desrespeito à orientação partidária e às normas programáticas por parte dos parlamentares representantes e executivos de alguns partidos, com exceção do PDT, PT, PCB, PC do B e PSB, que coerentemente mantiveram-se fiéis às suas posições partidárias, decidindo inclusive pelo afastamento e expulsão de membros que descumprissem ou desconhecessem suas orientações partidárias. Diante disso, a Constituinte aprovou os institutos de fidelidade e disciplina partidária, e assim ficou o texto sobre partidos políticos na Constituição Cidadã de 1988:

Art. 17 – É livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluralismo, os direitos fundamentais da pessoa humana e observados os seguintes preceitos:

I – caráter nacional;

II – proibição de recebimento de recursos financeiros de entidade do governo estrangeiro ou de subordinação a estes;

III – prestação de contas à Justiça Eleitoral;

IV – funcionamento parlamentar de acordo com a lei.

§ 1º - É assegurado aos partidos políticos autonomia para definir a sua estrutura interna, organização e funcionamento, devendo seus estatutos estabelecer normas de fidelidade e disciplina partidária.

§ 2º - Os partidos políticos, após adquirirem personalidade jurídica, na forma da lei civil, registrarão seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral.

§ 3º - Os partidos políticos têm direito a recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão, na forma da lei.

§ 4º - É vedada a utilização pelos partidos políticos da organização paramilitar.

Mesmo com as transformações nas sociedades e nos sistemas de representação política, os partidos políticos seguem como agentes centrais da conexão entre cidadãos e os governos democráticos. No campo de gestão da sociedade e dos processos decisórios, os partidos atuam como agregadores de interesses e articuladores das questões na agenda pública, definindo agendas governamentais e influenciando o processo de elaboração das políticas públicas, assim como articulam atualizações do texto da carta constitucional através de emendas que visam garantir a manutenção do sistema democrático de acordo com as necessidades atuais de nossa sociedade, conforme pode-se inferir do atual texto sobre os partidos políticos na Constituição, dentro do art.17, a partir do 1º parágrafo do inciso IV:

§ 1º É assegurada aos partidos políticos autonomia para definir sua estrutura interna e estabelecer regras sobre escolha, formação e duração de seus órgãos permanentes e provisórios e sobre sua organização e funcionamento e para adotar os critérios de escolha e o regime de suas coligações nas eleições majoritárias, vedada a sua celebração nas eleições proporcionais, sem obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal, devendo seus estatutos estabelecer normas de disciplina e fidelidade partidária. (Redação dada pela EC n. 97/2017)

§ 2º Os partidos políticos, após adquirirem personalidade jurídica, na forma da lei civil, registrarão seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral.

§ 3º Somente terão direito a recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão, na forma da lei, os partidos políticos que alternativamente: (Redação dada pela EC n. 97/2017)

I – obtiverem, nas eleições para a Câmara dos Deputados, no mínimo, 3% (três por cento) dos votos válidos, distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação, com um mínimo de 2% (dois por cento) dos votos válidos em cada uma delas; ou (Incluído pela EC n. 97/2017)

II – tiverem eleito pelo menos quinze Deputados Federais distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação. (Incluído pela EC n. 97/2017)

§ 4º É vedada a utilização pelos partidos políticos de organização paramilitar.

§ 5º Ao eleito por partido que não preencher os requisitos previstos no § 3º deste artigo é assegurado o mandato e facultada a filiação, sem perda do mandato, a outro partido que os tenha atingido, não sendo essa filiação considerada para fins de distribuição

dos recursos do fundo partidário e de acesso gratuito ao tempo de rádio e de televisão. (Incluído pela EC n. 97/2017)

§ 6º Os Deputados Federais, os Deputados Estaduais, os Deputados Distritais e os Vereadores que se desligarem do partido pelo qual tenham sido eleitos perderão o mandato, salvo nos casos de anuência do partido ou de outras hipóteses de justa causa estabelecidas em lei, não computada, em qualquer caso, a migração de partido para fins de distribuição de recursos do fundo partidário ou de outros fundos públicos e de acesso gratuito ao rádio e à televisão. (Incluído pela EC n. 111/2021)

§ 7º Os partidos políticos devem aplicar no mínimo 5% (cinco por cento) dos recursos do fundo partidário na criação e na manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres, de acordo com os interesses intrapartidários. (Incluído pela EC n. 117/2022)

§ 8º O montante do Fundo Especial de Financiamento de Campanha e da parcela do fundo partidário destinada a campanhas eleitorais, bem como o tempo de propaganda gratuita no rádio e na televisão a ser distribuído pelos partidos às respectivas candidatas, deverão ser de no mínimo 30% (trinta por cento), proporcional ao número de candidatas, e a distribuição deverá ser realizada conforme critérios definidos pelos respectivos órgãos de direção e pelas normas estatutárias, considerados a autonomia e o interesse partidário. (Incluído pela EC n. 117/2022)

A trajetória dos partidos políticos no Brasil até o atual regime democrático vai ao encontro do que afirma Edgard Neto (1988), de que os partidos cumprem, nas sociedades liberais, um duplo papel: servem na organização dos setores de planejamento do governo e criam a ilusão da pluralidade participativa. Os partidos ligados ao poder monopolizam o cenário da discussão política, impedindo que partidos ou entidades de outros setores sociais encontrem espaço.

Eis a dificuldade imposta aos partidos que têm como base essencial as massas, com destaque para o Partido dos Trabalhadores, alvo deste estudo, que possui os movimentos sociais, sindicais e diversos outros setores da sociedade civil em sua composição. Prova disso foram os pleitos presidenciais disputados pelo PT desde a redemocratização, vindo a eleger, somente em 2002, o Presidente Luís Inácio Lula da Silva, fazendo com que o PT siga com o duplo desafio de atender aos anseios dos diversos setores da sociedade que o compõem, bem como enfrentar o poderio das elites que historicamente dominam o país.

2.2 – Organização partidária e processos de democracia interna no PT: bandeiras de luta

Como observado no tópico anterior, o Partido dos Trabalhadores emerge do movimento sindical paulista, de baixo para cima, e com ampla participação dos movimentos sociais, se projetando como uma novidade na política brasileira, um partido disposto a ser agente coletivo em prol da transformação da sociedade. Para tanto, são necessários mecanismos organizativos

que deem conta da diversidade de agentes e de pautas para que, minimamente, se alcance a democracia no interior da agremiação e para que seja favorecida a participação e protagonismo de todos os seus integrantes nos rumos do partido. Nesse sentido, é preciso que se defina de forma coletiva seus princípios político-ideológicos, que são inerentes a uma concepção gramsciniana de partido político orgânico, a qual passaremos a analisar nas próximas linhas.

O Partido dos Trabalhadores teve de fato como nascedouro a classe operária do ABC paulista, mais especificamente no IX Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos, Mecânicos e de Material Elétrico do Estado de São Paulo com a aprovação, em 24 de janeiro de 1979, de um manifesto que ficaria conhecido como “A Tese de Santo André-Lins”. Em 1º de maio do mesmo ano, foi lançada a “Carta de Princípios” e em outubro realizada a Primeira Reunião Nacional do Movimento pelo PT que, em sua Declaração Política, reafirma o caráter anticapitalista do partido e o anseio de se tornar unificador dos movimentos sociais.

A partir das greves de 1978 e 1979, os metalúrgicos da região do ABCD de São Paulo converteram-se num “mau exemplo” para outras categorias de trabalhadores, que começaram também a entrar em greve em várias partes do país, enquanto suas lideranças tornaram-se os principais protagonistas do renascimento do movimento sindical brasileiro e da criação do PT. As greves, sem dúvida, exerceram grande influência na trajetória político-partidária dos líderes sindicais progressistas. (PETIT, 1996, p. 70)

O manifesto de fundação do PT foi aprovado no dia 10 de fevereiro de 1980, com uma Coordenação Nacional Provisória (CNP) formada basicamente por membros do operariado paulista. A partir da preocupação com a democracia participativa interna, foram criados os Núcleos de Base, que de acordo com Oswaldo Amaral (2010, p. 51), tinham como principais funções: “ligar o partido à sociedade, ampliar a conexão entre as várias instâncias partidárias e servir como um local de educação política e permanente atividade de militância.”

As bandeiras de luta do PT nascem com a concepção ideológica de construção do socialismo¹⁰, com a participação de militantes sociais de diversas frentes, que participaram da fundação do partido e desejavam construir uma sigla partidária que fizesse frente a essas bandeiras. São apontadas por Moacir Gadotti e Otaviano Pereira (1989), pelo menos dez frentes de mobilização a serem apoiadas pelo partido na ocasião de sua formação:

¹⁰ A concepção de socialismo que o PT compreende em sua fundação não está ligada ao socialismo formal, dogmático, e sim ao entendimento de que a prioridade é o trabalhador na sua descoberta própria do socialismo como projeto dos próprios trabalhadores. Começando com a ampliação do conceito de trabalhador, desmistificando primeiramente as distâncias impostas entre o trabalhador braçal e o intelectual, assim como o militante, o camponês, o estudante, etc., aproximando todos, sem que este ou aquele grupo ou quadro tome nas mãos, sozinhos, a direção da luta dos trabalhadores. (GADOTTI, PEREIRA, 1989, p. 87-88)

1) Sindicatos urbanos e rurais, a CUT, as comissões de fábricas, as comissões de desempregados; 2) associações de moradores, comitês de bairro, comissões, conselhos populares; 3) entidades de luta pelo direito das mulheres, negros, índios, menores, deficientes e outras minorias sociais e culturais; 4) entidades sociais contrárias à deterioração da qualidade de vida da população; 5) entidades de defesa do patrimônio cultural brasileiro; 6) comissões e comitês de defesa dos direitos humanos, de anistia, de luta contra a repressão social e política; 7) comissões e comitês de solidariedade aos povos que lutam por sua libertação anti-burguesa e anti-imperialista; 8) entidades que lutam contra as formas de dominação ideológica; 9) entidades políticas e partidárias com ampla e total liberdade e autonomia. (GADOTTI, PEREIRA, 1989, p. 86-87)

Neste sentido, ainda que os líderes sindicais tenham tido uma indiscutível hegemonia no movimento de fundação do PT, não se pode descartar a participação de outros setores que a eles se somaram para construir um partido certamente original na história partidária brasileira. (PETIT, 1996, p. 77). Assim, os movimentos de mulheres e os movimentos negros têm suas bandeiras de luta enraizadas no PT, junto a diversos movimentos e, assim, o partido foi organizado em diferentes estados e municípios do Brasil, ganhando rapidamente grandes proporções ao incorporar além das bases sindicais, líderes comunitários ligados às Comunidades Eclesiais de Base e vinculados à Teologia da Libertação, parlamentares de esquerda do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) – partido de oposição ao regime militar, intelectuais, artistas, membros de organizações de esquerda e militantes de movimentos populares urbanos.

No Pará, a fundação do partido começou a ser articulada em Belém em meados de 1979. A participação em encontros e reuniões sindicais nacionais e em entidades de apoio ao movimento popular e sindical facilitou o engajamento das futuras lideranças do PT em Belém na construção do partido. Com a presença de operários da construção civil, comerciários, petroleiros, estudantes e professores foram criando-se núcleos de base em diferentes bairros da capital, até caminhar para escolha de um candidato próprio para governador nas eleições de 1982, que gerou profunda crise mediante a tentativa de vários militantes e lideranças através da candidatura própria evitar o voto útil ao candidato do PMDB, Jäder Barbalho, que havia sido uma das principais lideranças do movimento estudantil de Belém e que fez clara oposição ao regime militar em seus mandatos de deputado estadual (1971-1974) e federal (1975-1982), levando à intervenção nacional do partido no Diretório Regional. (PETIT, 1996, p. 105-106)

O crescimento do PT e sua maior inserção institucional nas esferas dos poderes Executivo e Legislativo através de candidaturas próprias em todo país traz novos desafios, dilemas e dificuldades inerentes a nova condição de “partido governante”. A passagem do PT

pela prefeitura de São Paulo, entre 1989 e 1992, foi fundamental para fortalecer a visão de que para governar era necessário flexibilizar propostas e ampliar o leque de alianças políticas.

O crescimento do partido perpassa pela necessidade de mecanismos para aquisição de novos membros, com organização de campanhas de filiação para esse fim. Com o aumento de filiados, foi fundamental a construção de uma máquina partidária mais eficiente para melhorar sua organização interna, visando ao esforço de nacionalização da estrutura petista, reduzindo as barreiras de inclusão e os custos de participação do filiado na vida do partido, criar mecanismos deliberativos participativos e evitando práticas clientelistas em larga escala.

Em 1991, foi realizado o 1º Congresso Nacional do partido, que representa um momento de amadurecimento político em que as conjunturas nacional e internacional exigem do partido posições sobre temas que têm impactos relacionados diretamente ao cotidiano da população. O Congresso foi um marco na história do PT, sendo, por isso, interessante abordar a tese vencedora apresentada em sua resolução. Nessa ocasião, a partir do reconhecimento que o PT está num terreno mais vasto e complexo da luta de classes, considera-se a necessidade de combinar a luta de massas com as ações de governo, haja vista a maior presença institucional do PT nas Câmaras Municipais, Prefeituras, Assembleias Legislativas e Congresso Nacional. Tornou-se necessário repensar e alterar as estruturas organizativas, bem como os métodos de funcionamento e direção. Até então, o PT possuía uma estrutura verticalizada, englobando o Diretório Nacional (DN), Diretórios Regionais (DR), Diretórios Municipais (DM), Núcleos e Zonais.

Além do Congresso, o PT realizou diversos Encontros Nacionais, sendo que, por ocasião do 1º Congresso, já haviam ocorrido sete encontros, nos quais também foram debatidas as questões estruturais e político-ideológicas da agremiação, demonstrando o esforço do partido no constante diálogo com a militância para elaborar diretrizes de forma coletiva. Ainda na resolução do 1º Congresso, destaca-se o reconhecimento de que os mecanismos de comunicação são relevantes instrumentos de organização. Além disso, nota-se a preocupação em conciliar a consolidação do partido como instituição e como movimento político, social e cultural; partido de massas com formas organizativas diversificadas; partido que dialoga e propõe política aos diversos setores sociais, e com a ética político-partidária.

A resolução também chama atenção para as diversidades regionais que devem ser levadas em consideração, com elaboração de projeto político a partir das diferentes realidades socioeconômicas, descentralização e regularização da informação e formação política,

profissionalização dos quadros, integração das bancadas estaduais e federal, uso de linguagem acessível ao conjunto de filiados e dinamização de fóruns específicos das diversas regiões.

No que tange à democracia interna, o 1º Congresso delibera sobre a alteração de mecanismos eleitorais para escolha de delegados setoriais, municipais e estaduais, com direito à apresentação de candidaturas avulsas, para participar dos congressos e encontros. São instituídas como instâncias deliberativas máximas do PT: O Congresso Nacional, os Encontros Estaduais e os Encontros Municipais. O Congresso Nacional (CN) pode, entre um CN e outro, por maioria de 2/3 de seus integrantes, convocar Encontro Nacional Extraordinário. Os delegados eleitos nos Encontros Setoriais, nos Encontros Municipais e nos Encontros Estaduais participam do Congresso Nacional. Os delegados poderão ser eleitos através de chapas ou, no caso dos Encontros Estaduais, através de chapas e candidaturas avulsas. O Congresso Nacional e os Encontros Estaduais e Municipais deliberam temas de linha política, em seu respectivo âmbito de ação, e elegem a direção de seu nível respectivo.

No II Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores, realizado em 1999, mantém o debate sobre a importância dos Núcleos e sua regra de constituição, enfatizando no tópico relacionado à construção partidária que sejam abertos núcleos e diretórios para a juventude, trabalhadores informais, pequenos, micro e médios empresários, assim como sejam reconstituídas alianças com os operários industriais, que formam os setores tradicionais do Partido. Prejudica a formulação política do partido a ausência de importantes atores da vida partidária, como os sindicalistas, dirigentes de movimentos populares, prefeitos, vereadores, deputados, senadores, governadores e intelectuais. “O Partido está muito voltado sobre si mesmo”, afirma o documento. Essa questão demonstra a mudança dos tempos do PT em sua fundação para o PT de 1991, considerando as diversas transformações econômicas e sociais ocorridas no intervalo de 20 anos.

A Resolução reconhece que as divisões internas acabam por se refletir em movimentos como CUT – Central Única dos Trabalhadores, UNE – União Nacional dos Estudantes e Central de Movimento Populares, atuando como limitadoras da atuação do partido e que não contribuem para que essas entidades venham a superar seus desafios. E, por fim, reconhece os avanços na estruturação da Direção Nacional, com uma nova sede, boa articulação das bancadas na Câmara e no Senado, com a direção e com o partido, crescimento das relações institucionais, além de apontar que “a despeito das insuficiências, normalizou-se o trabalho de articulação com os movimentos sindical, do campo, populares, de negros e mulheres e pessoas portadoras de deficiência.” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1991, p. 25)

Cabe destacar também as mudanças estatutárias elencadas na resolução, sendo a primeira a exigência de eleições diretas para presidente e direções partidárias em todos os níveis, a partir do ano de 2001, o que deu origem ao PED (Processo de Eleição Direta). O texto também reconhece que a constituição da Fundação Perseu Abramo em 1996 representou um importante passo no âmbito cultural e político, pois que auxilia no processo de formação política da militância. Mantém a definição sobre os Núcleos, sua importância e trata das estruturas setoriais temáticas de militância, definindo os setores:

São considerados setores os movimentos sociais com espaço de atuação orgânica em nível nacional, a saber: Sindical, Agrário, Mulheres, Negros, Ecologia, Portadores de Deficiências, Saúde, Esporte e Lazer, Assuntos Indígenas, Educação, Juventude, Transporte, Moradia e associações de moradores e militantes petistas em rádios e TVs comunitárias. Dentre outros. É necessário reforçar essas estruturas setoriais temáticas de militância e ampliar para outros setores como: jornalistas, professores universitários, homossexuais e artistas, para só citar algumas das dezenas de afinidades que podem constituir-se em novos espaços de militância. Essa estrutura não concorre mas complementa a atual. Essas instâncias deverão combinar o debate e a intervenção sobre questões específicas com a discussão e atuação nas grandes questões da política brasileira e se constituem como instrumentos fundamentais na mobilização partidária e na avaliação das políticas de nossos governos e de nossas bancadas. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1991, p. 28)

O avançar do crescimento do partido é perceptível também pela mudança nas resoluções, como a do III Congresso Nacional do PT (2007), que foi publicado em formato de livro. Com qualidade gráfica, composto por 189 páginas divididas em sumário, apresentação, debate ideológico com o capítulo “O socialismo petista”, discussão programática com o “O Brasil que queremos” e debate sobre organização e estrutura em “PT – Concepção e Funcionamento”, encerrando com as moções, delegações internacionais e discurso do Presidente Lula.

Com maior detalhamento e aprofundamento das questões ideológicas e estruturais, a citada Resolução reafirma o PT como partido de massas e de quadros, militante e dirigente e socialista e que os valores do socialismo devem balizar a organização partidária. Mantém a necessidade de fortalecer os Setoriais e os movimentos sociais e populares, a juventude, a formação política, a comunicação, as finanças, as filiações, a Fundação Perseu Abramo, as direções partidárias e os diretórios zonais. Avança propondo aperfeiçoamento dos Conselhos fiscais e de ética e do Processo de Eleições Diretas (PED).

Além disso, apresenta a regulamentação atualizada para os Encontros do PT, a organização partidária dos Setoriais¹¹, política internacional do PT, atuação sindical nacional do PT e o que antes vinha diluído entre os pontos das resoluções dos últimos congressos, agora vem definido em tópicos específicos da concepção e funcionamento do partido, que são a construção partidária e organização de mulheres, juventude e cultura, sinais de que o debate de gênero se mantém como um dos eixos de fundamental importância nos debates.

Na resolução do IV Congresso Nacional do PT (2010), são reiteradas as teses sobre fortalecimento da estrutura partidária até então enfatizadas nos últimos congressos, porém acentua-se o instrumento das prévias como espaço democrático para escolha interna de seus candidatos majoritários, afirmando com orgulho ser o PT o único partido a ter estatutariamente estabelecido mecanismo para consulta interna nesse sentido. Os congressos seguintes, V Congresso (2015) e VI Congresso (2017), no que tange à organização partidária e bandeiras de luta, seguem enfatizando as questões já apontadas nos congressos anteriores e não trazem nenhuma mudança drástica na estrutura do partido.

Deste modo, ao analisar os documentos oficiais do partido, percebemos que os debates referentes às bandeiras de luta dos movimentos sociais que integram o PT se fizeram presentes nos momentos organizativos e formativos do partido ao longo de sua história, mas é necessário refletir como se dá, na prática, a ocupação dos espaços de poder internamente, pelas filiadas e filiados pertencentes às camadas mais populares e aos grupos de “minorias”, assim nomeados nas resoluções, nos cargos de decisão mais importantes e estratégicos, que são as direções executivas. O Presidente, por exemplo, representa o partido publicamente, garantindo grande exposição na mídia, e pode adquirir funções eleitorais importantes, como a chefia de campanhas para os pleitos presidenciais. Qual o lugar das mulheres e da população negra nesses espaços? Assim, passaremos a analisar no próximo tópico o atual modelo de democracia interna, de eleição da Direção Executiva, o PED, em que pese seu histórico, sua intenção inovadora, seu desenvolvimento, limitações, contradições e a competição política no interior do partido.

¹¹ Os Setoriais são instâncias partidárias que organizam os filiados e as filiadas junto aos diferentes movimentos sociais. A direção dos Setoriais é decidida através dos Encontros Municipais, Estaduais e Nacional, com participação dos que militam nos setoriais, com direito a voz e voto. Atualmente, o PT possui as seguintes secretarias: Secretaria Geral; Secretaria de Finanças e Planejamento; de Comunicação; de Organização; de Relações Internacionais; de Movimentos Populares e Políticas Setoriais; de Formação Política; de Mobilização; de Assuntos Institucionais; de Desenvolvimento Econômico; de Mulheres; de Combate ao Racismo; Agrária; LGBT; Sindical; de Coordenação Regional; de Cultura; de Juventude e Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento. E os seguintes setoriais: Setorial de Segurança Alimentar; de Energia e Recursos Minerais; de Assuntos Indígenas; de Segurança Pública; Inter-religioso; de Direitos Animais; de Direitos Humanos; de Economia Solidária; de Pessoas com Deficiência; de Educação; de Ciência e Tecnologia da Informação; Setorial Comunitário; de Saúde; de Esporte e Lazer; de Logística, Transportes e Mobilidade Urbana e Setorial de Moradia.

2.3 - Processo de Eleições Diretas (PED) no PT: origens e funcionamento

A preocupação com o crescimento do partido no sentido de ampliar o número de filiados, com processos de formação política para qualificar suas fileiras e com a participação daqueles nas atividades e decisões partidárias está presente em todas as resoluções e estatutos do partido desde sua concepção. É possível analisar a participação militante sob duas óticas: o envolvimento dos filiados em atividades externas, envolvendo o engajamento em campanhas eleitorais, o convencimento de eleitores e arrecadação de recursos para o partido; e a participação em âmbito mais interno, como organização, formação política e comparecimento em atividades deliberativas. O enfoque da presente pesquisa é analisar as questões mais internas de organização.

As duas mais importantes inovações trazidas pelo PT para o sistema partidário brasileiro são os Núcleos de Base (NBs) e o Processo de Eleições Diretas (PED), pois representam diferentes formas de incorporação dos filiados às atividades partidárias e concepções de participação que acarretam impactos diferenciados sobre a organização interna do partido. Até o surgimento do PED, os Núcleos de Base eram a expressão e símbolo do partido em seu período de fundação, que primava pela participação de alta intensidade dos filiados nas atividades partidárias e para além dos Diretórios Municipais, que eram mais diretamente vinculados à disputa eleitoral. Sua formalização se deu no primeiro Estatuto e Regimento Interno do partido, aprovado em 1981, segundo o qual todos os filiados deveriam estar ligados aos Núcleos, que nasceram sob influência da dinâmica “basista” dos membros das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e do Novo Sindicalismo, tornando-se expressão concreta de um partido construído de baixo para cima.

Oswaldo Amaral (2010) analisa que o auge dos Núcleos se deu em uma conjuntura específica de intensa mobilização e protestos por parte dos movimentos sociais, no período de transição para a democracia, apresentando-os como um mecanismo capaz de canalizar as demandas dos atores da sociedade civil organizada por maior participação política. Essa conjuntura explicaria o fato de os Núcleos florescerem mesmo diante da falta de recursos e problemas estruturais. Com o passar do tempo, houve um refluxo das mobilizações dos movimentos sociais, abrindo novas estratégias de atuação com as possibilidades que viriam a emergir a partir do avanço do processo de democratização, resultando na aproximação entre os atores da sociedade civil organizada e o Estado e numa política institucional com maior preocupação com a competição eleitoral.

Assim, a quantidade de Núcleos foi diminuindo, sendo que, nos Encontros Nacionais, tornou-se cada vez mais reduzida a participação de membros dos Núcleos. Suas menções em resoluções também passaram a ser mais raras, demonstrando a redução de sua importância e que as principais formas de participação nas atividades partidárias não se davam mais pelos Núcleos, cuja manutenção e ampliação foram afetadas por dificuldades financeiras, que passaram a concorrer com os Diretórios Municipais. Desse modo, os Núcleos, instâncias decisórias para escolha de delegados para os Encontros, acabaram, na prática, sendo palco de disputas entre grupos internos, pela possibilidade de aumentar a participação nas instâncias deliberativas, fechando-se para a sociedade. Além disso, diversos políticos instrumentalizaram os Núcleos em favor de suas campanhas pessoais, transformando-os em comitês eleitorais informais, chegando a se formarem novos núcleos apenas durante as eleições, sendo extintos logo após o período eleitoral.

No avançar dos debates sobre participação via Núcleos e DMs, verifica-se a influência dos grupos políticos internos do partido. Os Núcleos, mesmo em declínio, eram defendidos pela esquerda partidária, que reforçava a necessidade de fortalecer o partido pela base, e um novo mecanismo, o estabelecimento do PED, era defendido pela liderança partidária, composta pelo Campo Majoritário¹². A liderança partidária defendia o PED da mesma forma que os NBs foram defendidos outrora, buscando aumentar a base social do partido, tornando-o uma agremiação mais aberta aos segmentos da sociedade e com uma proposta eleitoral menos identificada com grupos radicais de esquerda. A ideia era profissionalizar o PT, consolidando-o como instituição.

A visão do Campo Majoritário era de que isso deveria ser feito a partir da redução do poder dos grupos mais radicais de esquerda organizados no interior do partido, encarado como desproporcional à sua representação junto aos filiados. A posição dos moderados era de que o processo decisório baseado em Encontros não era efetivamente representativo do conjunto dos membros do PT por privilegiar os grupos organizados, o que acabava por afastar o partido de segmentos mais amplos da sociedade. É provável também [...] que os membros do Campo Majoritário acreditassem que a mudança na estrutura decisória lhes favoreceria na disputa política interna por contarem com figuras públicas mais visíveis e com maior apelo junto ao conjunto de filiados, e por imaginarem que os membros da agremiação que não estivessem integrados a grupos organizados e que não tivessem uma participação intensa nas atividades partidárias teriam posições políticas mais moderadas. (AMARAL, 2010, p. 124)

¹² Agrupamento de tendências moderadas em torno da Articulação, tendência formada inicialmente para garantir a unidade partidária diante do avanço de grupos mais radicais de esquerda. A tática empregada pela Articulação para a manutenção da maioria, entre 1997 e 1999, e a construção da “coalizão dominante”, foi a distribuição de cargos importantes na hierarquia partidária entre aliados – prática comum em sistemas políticos fragmentados. De posse de uma maioria estável, a Articulação conseguiu empreender uma série de mudanças no desenho institucional e no programa partidário, moldando o perfil do partido que chegaria à Presidência da República em 2003. Devido a sua heterogeneidade, futuramente gerou novas tendências, como a AE - Articulação de Esquerda. (AMARAL, 2010, p. 142-143)

O PED - Processo de Eleições Diretas, foi aprovado no II Congresso do PT, em 1999, e incorporado ao Estatuto do partido aprovado em março de 2001. Sua criação representou uma inovação no aspecto organizativo dos partidos políticos brasileiros, e, até a atualidade, nenhum dos grandes partidos nacionais possuem um mecanismo de escolha de suas lideranças em todos os níveis por meio de eleição direta. Após sua criação, os Núcleos tornaram-se resquícios da organização primitiva do PT.

Na prática, com a instituição do PED, os filiados ganharam poder. Porém, os Encontros partidários perderam a possibilidade de escolher as direções do PT em todos os níveis, reduzindo assim, suas atribuições, o que os tornou espaços secundários. Os participantes dos Encontros passam a tomar por base a participação efetiva dos filiados no PED respectivo, o que resulta na participação de filiados mais ativos, aqueles que se dispuseram a sair de casa para votar no PED, apesar de incentivar outras práticas no partido. O PED causou significativos impactos nas formas de militância, na disputa interna de poder e na dinâmica organizativa do partido.

O PED traduz uma concepção diferente de militância partidária da adotada no momento de fundação e consolidação do partido: mais inclusiva e aberta – ao estender possibilidades de participação em importantes atividades partidárias, como a seleção de lideranças internas –, e de menor intensidade – ao individualizar o processo decisório e desarticulá-lo das demais reuniões e atividades partidárias. (AMARAL, 2010, p. 124)

Dentre as mudanças que o PED proporcionou destaca-se o afrouxamento das filiações, não sendo mais necessário um membro do partido avaliar o novo filiado, passando a ser oficialmente admitida a filiação coletiva nas campanhas de filiação em massa. De acordo com Pedro Ribeiro (2008, p. 253), o PT se abria para um novo perfil de filiado, menos comprometido e ativo, e mais despolitizado.

Sobre as regras e funcionamento do PED, o Estatuto do PT, aprovado em 2001, estabelece:

Art. 35. As direções zonais, municipais, estaduais, nacional e seus respectivos presidentes, os Conselhos Fiscais, as Comissões de Ética e os delegados aos Encontros Municipais e Zonais serão eleitos pelo voto direto dos filiados.

§ 1º As eleições serão realizadas, por voto secreto, em todo o país, em um único e mesmo dia, das 9 às 17 horas, de acordo com calendário eleitoral aprovado pelo Diretório Nacional.

§ 2º O processo eleitoral será conduzido, em todos os níveis, por uma comissão de organização eleitoral [...]

Para além das regras do processo eleitoral, é importante destacar as mudanças que o Estatuto de 2001 promoveu no que cerne à articulação orgânica, como a criação das macrorregiões estaduais e nacionais, com suas respectivas Coordenações, configurando-se como órgãos de discussão e articulação entre seções, agregando Diretórios Regionais de uma mesma região, para construção de políticas públicas comuns; promoção de conferências temáticas; trocas de experiência sobre a organização do partido e administrações petistas nos municípios, sem caráter deliberativo.

Em relação à participação dos filiados:

Foram regulamentados quatro tipos de consulta aos filiados: plebiscitos, para determinar a posição do partido sobre questões relevantes; referendos, para ratificar ou rejeitar posição partidária já tomada; prévias eleitorais, para definição do candidato majoritário do partido; e consultas, para informar a direção sobre a posição majoritária na base. À exceção da prévia, de realização obrigatória quando há mais de um postulante à candidatura majoritária, esses mecanismos são sempre convocados quando houver o apoio de pelo menos 20% dos filiados da respectiva circunscrição. Plebiscitos, referendos e prévias têm caráter deliberativo, enquanto as consultas servem apenas para orientar a direção na tomada de decisão (RIBEIRO, 2008, p. 254)

Foi necessário um grande esforço da Direção Nacional para viabilizar o PED livre de fraudes, sendo estabelecida pela Secretaria de Organização a Carteira Nacional de Filiação, que centralizou o processo de adesão, atualizou e modernizou o Cadastro de Filiados, com controle mais rígido sobre as seções locais, sendo possível quantificar os filiados que votaram em cada seção local e estadual no PED 2001, passando o PT a ter noção exata do seu tamanho.

Sob o aspecto político, destaca Ribeiro (2008):

O esvaziamento dos Encontros teve o intuito de fechar as principais trincheiras das tendências de esquerda. Distensionar o PT, reduzir o grau de energia despendido nas disputas internas, acabar com a “ditadura das tendências” eram as justificativas da direção do Campo Majoritário. Na prática, as disputas internas continuam consumindo uma grande parcela da energia partidária; a diferença é que o jogo se dá em outros termos, mais favoráveis aos dirigentes que implantaram a mudança. (RIBEIRO, 2008, p. 264)

Na prática, o PED vem a dar fim aos Encontros do PT, que ficam reduzidos a espaços despolitizados de discussão de emendas sobre a conjuntura. Seguindo essa linha de raciocínio, Ribeiro (2008) questiona se a implantação da eleição direta significou a democratização da estrutura petista – como diziam seus defensores. Ele considera que, apesar do PED se configurar como uma importante inovação no cenário político-partidário brasileiro, na prática, se revelou como uma falsa democratização interna do partido.

O PED permite que os filiados determinem a correlação de forças dos Diretórios e Executivas de todos os níveis (votando nas chapas). No entanto, respeitadas as proporções resultantes do PED, os processos de formação das Executivas continuaram se dando por meio de composições e acordos velados entre as elites partidárias. O processo se manteve absolutamente concentrado nas cúpulas das facções existentes na circunscrição, com a base permanecendo afastada dos acordos. Em grande medida, portanto, é uma democratização ilusória. Com a instância mais relevante da estrutura sendo constituída em procedimentos elitistas e não divulgados, as portas continuaram abertas a processos de oligarquização das direções. O filiado mais desinformado nem saberá, ao fim do processo, quem são os dirigentes que ocuparão os cargos mais estratégicos na máquina. (RIBEIRO, 2008, p. 265)

Ribeiro (2008) considera também que esse novo sistema eleitoral do partido se tornou mais direto e menos representativo, devido às eleições de presidente e do Diretório serem independentes, delegando mais poderes aos filiados isolados e não à base organizada, como nos Núcleos e nos DMs. Também favoreceu a proliferação de chapas e candidatos, privilegiando grupos com maior visibilidade pública, gerando fragmentação interna, tornando o processo de escolha mais personalista e menos baseado na disputa entre projetos políticos e ideológicos. A nova democracia interna do PT passa a ter um caráter plebiscitário, em que a base referenda as decisões das cúpulas, sendo assim ilusória a democratização, o que nos leva a perceber que junto com o crescimento do partido veio a burocratização e processos concentradores de poder. De um partido de massas, caminhou-se para um partido profissional-eleitoral.

Com esse novo caráter, é importante analisarmos os processos de competição política no interior da agremiação, que perpassa, também, pelo entendimento das tendências internas do partido. O direito dos filiados de se organizarem em tendências foi definido no 5º Encontro Nacional do partido, em 1987, visando garantir o mais amplo direito de divergência e crítica. Já a resolução do 1º Congresso (1991), propõe que tendências sejam regulamentadas para estabelecer relações entre militantes, no sentido de defender, no interior do Partido, determinadas posições políticas, não podendo assumir expressão pública, ser declaradas permanentes, nem exigir ou constranger seus integrantes a qualquer tipo de centralismo obrigatório. As deliberações das tendências não podem se sobrepor – ou se chocar – ao encaminhamento prático das decisões partidárias.

A garantia de funcionamento pleno das instâncias de direções partidárias e o direito de tendência são pautas que permeiam a preocupação com a organização do partido à época, enfatizando que o direito de tendência não pode ser entendido como o monopólio da vida partidária pelas tendências, posto que a aplicação do regulamento de tendências não conseguiu eliminar a existência e a cristalização, no partido, de verdadeiras frações.

Essas frações, chamadas tendências, compõem os eixos de competição política no partido, que ao seu caminhar para um partido profissional eleitoral, não escapa das práticas clientelistas¹³, que são fundamento do sistema político brasileiro. As tendências passam a compor campos políticos nas disputas internas com intuito de formar campo político majoritário. O Campo Majoritário se torna um campo político, rebatizado de CNB - Construindo um Novo Brasil, que tem importantes políticos do PT, como o atual presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. Os demais campos políticos internos do partido na atualidade são a Mensagem ao Partido, composta pelas tendências nacionais Democracia Socialista - DS, Esquerda Democrática e PT Amplo e Democrático. E o campo Muda PT, que integra as tendências nacionais Articulação de Esquerda – AE, Resistência Socialista – RS, Avante, Reencantar e Militância Socialista – MS.

As tendências se constituíram no principal veículo de canalização de demandas, organização de conflitos e ascensão na hierarquia partidária, ajudando a moldar o sistema político petista e construindo relações de identificação com os membros a partir da continuada prática de disputas pelos postos de direção da agremiação. (AMARAL, 2010, p. 159)

É importante também afirmar que as competições políticas internas não giram em torno somente da hegemonia pelo poder, mas perpassa pelo debate ideológico sobre os rumos do partido e sua construção programática. Neste sentido, avalia Oswaldo Amaral (2010), que o PED também possui o poder de punir eleitoralmente quem descumpra com diretrizes ideológicas debatidas desde a fundação do partido, citando como exemplo o escândalo do “Mensalão”, que gerou uma das mais profundas crises internas do PT, que tinham envolvidos integrantes da CNB, e este fato veio enfraquecer as chapas da corrente no PED à época.

O autor também analisa que as divergências ideológicas no interior do partido apresentam uma clivagem básica bidimensional entre a esquerda e a direita partidárias, em que:

A esquerda priorizava as lutas sociais, não estava claramente comprometida com a manutenção da democracia representativa e da institucionalidade liberal e defendia a construção de alianças políticas apenas com movimentos sociais e partidos de esquerda. A direita, por sua vez, argumentava a favor da combinação entre as lutas social e institucional, demonstrava comprometimento com a preservação das formas representativas de democracia e pregava a construção de alianças políticas mais amplas. (AMARAL, 2010, p. 164)

¹³ O clientelismo se constitui em fator decisivo de promoção e preservação das lealdades políticas, assim como interfere nos padrões e nos critérios que orientam a ação do Estado. Em consequência, o clientelismo compromete a integridade de fatores decisivos para a qualidade do sistema democrático em vigor no país; não se trata de simples imperfeição ou decorrência defeituosa de determinadas configurações do regime político em vigor no país, nem se constitui em prática exclusiva de determinados grupos. A suposição é de que o clientelismo corresponde a certos tipos de práticas que têm, em si, caráter pré-político e pré-capitalista, e que seu efeito mais importante é o de comprometer decisivamente a possibilidade de realização da cidadania em termos democráticos, mesmo que este seja o regime previsto e definido institucionalmente pelo sistema jurídico do país. (SOUZA JR., 2008)

Assim, a escolha dos dirigentes por meio do PED sofrerá influência tanto do espectro da esquerda quanto da direita partidária, e o partido passa a caminhar por um viés mais “moderado”, tanto que, ao final do governo Lula em 2010, a maioria dos militantes petistas apoiaram tendências que defendiam a combinação entre luta social e luta institucional, o quadro institucional liberal e alianças políticas com partidos que não estão à esquerda no espectro político. Tendo isso em vista, em algumas decisões, as filiadas e filiados podem priorizar ou não os princípios ideológicos mais à esquerda, que se relacionam com as bandeiras de luta do PT, mais especificamente o debate de gênero e raça, os quais essa pesquisa aborda. Sendo assim, serão analisadas adiante as práticas referentes à ocupação das direções executivas, por meio da análise interseccional dos/as integrantes dos cargos.

3. NEGRAS NO TOPO? O LUGAR DA MULHER NEGRA NO PT COM A APROVAÇÃO DA PARIDADE NOS CARGOS DE DIREÇÃO

“Eu não tenho problema nenhum em andar sobre tapetes vermelhos, porque já lavei tantos na minha vida.”¹⁴

Benedita da Silva

3.1- O Combate ao sexismo e ao racismo como bandeiras de luta do PT: uma breve análise

O Partido dos Trabalhadores, desde sua concepção, coloca-se, no campo ideológico, como um partido de massas, que nasce das lutas sociais, portanto, em defesa dos interesses da classe trabalhadora. Para além dos operários industriais, onde se originou, engloba a luta dos assalariados do comércio e dos serviços, de funcionários públicos, trabalhadores autônomos, trabalhadores rurais, camponeses, moradores da periferia, mulheres, negros, estudantes, indígenas e outros setores explorados. Desse modo, a pauta de gênero e racial podem ser consideradas como parte da história do próprio PT, sendo debatidas desde sua origem, no início da década de 80.

Logo após a fundação do partido, ainda em 1982, ocorreu o 1º Encontro Nacional do PT sobre Movimento de Mulheres. Neste, as participantes afirmaram a necessidade da organização autônoma das mulheres, pautando suas especificidades e dificuldades para a construção de debates sobre gênero no interior do próprio partido. Na oportunidade, foi formada a Comissão de Mulheres para debater nacionalmente a participação feminina. No 2º Encontro, em 1988, foi intenso o debate feminista, abordando a tripla opressão das mulheres negras (de classe, racial e sexual), divisão sexual do trabalho e, ainda, a importância da participação feminina na política e nos espaços públicos. Além disso, impulsionou-se a organização de secretarias estaduais de mulheres e reivindicou-se, ainda, a criação de uma Secretaria Nacional de Mulheres do PT, que surge inicialmente como Subsecretaria das Mulheres, em 1992, vinculada à Secretaria Nacional de Movimentos Populares. Somente quatro anos depois consolidou-se de fato a Secretaria Nacional de Mulheres, hoje organizada em todos os Estados do Brasil. No 3º Encontro Nacional do PT (1991), as mulheres exigem do Partido garantias para efetivar a participação equitativa entre homens e mulheres, dando início ao debate sobre cotas de gênero na direção partidária.

¹⁴ Em resposta ao ex-governador Leonel Brizola, que atribuiu a ela o gosto pela pompa do poder. Fonte: Revista Veja, Edição 1 652 -7/6/2000 <http://veja.abril.com.br/070600/vejaessa.html>

Os intensos debates e articulação das mulheres nesses encontros específicos resultaram em deliberações constantes na Resolução do I Congresso Nacional do PT (1991), que enfatiza a participação das mulheres e atenção à pauta de gênero em diversos de seus trechos. Traz a recomendação aos organismos de comunicação partidária para que tratem sistematicamente de temas relacionados à luta das mulheres e os movimentos de mulheres como forma de ampliar a absorção do feminismo pelo PT, a garantia de acesso às mulheres a todos os espaços de formação política do partido, que os programas de formação política sejam constituídos com o tema da luta pela libertação das mulheres e o fortalecimento do movimento de mulheres.

Merece destaque nesse documento o tópico específico sobre a participação das mulheres nas instâncias de direção, no qual foi aprovada a presença mínima de 30% de mulheres nas direções em nível municipal, estadual e nacional do partido.

A Secretaria Nacional de Combate ao Racismo (SNCR) do PT foi criada no 10º Encontro Nacional do PT, em 1995, ano do tricentenário da morte de Zumbi dos Palmares. Nos Congressos e Encontros iniciais do partido, a pauta vinha sendo debatida de forma diluída, em conjunto com as políticas relacionadas à defesa das “minorias”, presentes nas resoluções políticas, enfatizando a necessidade de manter o debate nas formações políticas e de se pensar em políticas de combate ao racismo, tanto no partido, como para a sociedade em seus programas de governo. O debate era feito em espaços importantes, porém secundários, e os militantes negros eram convocados somente em momentos específicos para referendar ações do partido relacionadas à pauta ou construção de propostas para planos de governo em anos eleitorais, o que levou a tensionamentos internos que provocaram mudanças no partido, a partir da década de 1990.

O partido realiza, ao longo da sua história, o “Encontro Nacional de Negros e Negras do PT” e, às vésperas da sua 6ª edição, em 1999, e do II Congresso Nacional do Partido, no mesmo ano, a militância, ao deparar-se com uma SNCR desorganizada, cria o movimento interno chamado “Falta Axé no PT”, articulado nacionalmente por militantes de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e Rio Grande do Sul, que travavam disputas internas e investiam em trabalho de base junto aos terreiros, quilombos e juventude ligada ao hip hop. Na resolução desse Congresso, afirma-se a necessidade de construção de uma política antirracista e de apoio às candidaturas negras, ressaltando-se que esse gesto não pode ser pontual, devendo se tornar uma política partidária.

A realização desses encontros foi fundamental para aprofundar e qualificar o debate sobre o combate ao racismo no PT, sendo que a grande mobilização da militância negra petista

marcou a construção do Programa de Governo da Coligação Lula Presidente, em 2002, com o caderno intitulado “Programa Brasil sem Racismo”, contendo 33 propostas de ação, elaborado a partir de cinco seminários regionais e um seminário nacional organizados pela SNCR. Essa tendência passa a ser adotada na construção dos programas de governo do PT nas campanhas presidenciais subsequentes, que contêm propostas mais elaboradas e políticas de combate ao racismo.

Na Resolução do III Congresso (2007), o PT avança no debate sobre as ações afirmativas, enfatizando ser uma pauta que já vem sendo tratada e implementada em diversos países, mas que ainda encontram muita resistência em nosso país, por parte dos setores conservadores das universidades, partidos políticos e governos, que reeditam o mito da democracia racial. A Resolução destaca que:

A novidade ficou para o Governo Lula, que instituiu ministério especial para impulsionar transversalmente uma política de promoção da igualdade racial e tem desenhado as primeiras políticas de inclusão social para a população negra. Essa foi uma importante conquista do primeiro mandato do Governo Lula a ser consolidada no segundo governo. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, p. 58)

Para além dos debates e organização interna, é importante destacar a aprovação de leis e políticas de combate ao racismo, durante a gestão petista no governo federal, como a Lei nº 10.639/2003, que inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira" e aprovação da Lei nº 10.678/2003, que cria a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR, que teve a tarefa de implementar o Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial. O Plano foi o resultado da consulta à sociedade civil engajada na luta antirracista, através da realização de duas conferências nacionais de promoção da igualdade racial, nos anos de 2005 e 2009.

A Resolução do III Congresso (2007) possui um tópico específico sobre a Superação da Opressão de Raça, Gênero e Classe, apesar de que não aprofunda o olhar sobre a interseccionalidade dessas opressões, concentrando-se o tópico no combate ao racismo. Ganha visibilidade o debate sobre as cotas étnico-raciais na educação, que já vinha sendo implementada de forma pontual em universidades específicas. A referida Resolução aponta a necessidade de acelerar a implementação do Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial e combiná-lo com as políticas de cotas sociais e raciais na educação, surgindo, assim, proposições mais concretas para buscar compensar e superar as desvantagens históricas e

sociais que atingem a população negra, para além da denúncia, contextualização e afirmação da necessidade de tomar medidas, como vinha sendo feito nos congressos anteriores.

Em outro tópico, aborda-se a Construção Partidária e Organização de Mulheres, que trata da necessidade de atualização do estatuto do partido com relação à participação das mulheres nas disputas eleitorais e partidárias, propondo-se que as cotas para mulheres e ações afirmativas sejam asseguradas, com construção de mecanismos de controle e punição, caso não sejam cumpridas. Também há previsão de modificação do procedimento eleitoral das delegações de encontros e congressos, visando assegurar a cota mínima de 30% de mulheres participantes.

No IV Congresso (2010), se destaca a eleição da primeira mulher presidenta da República, Dilma Rousseff, fato conhecido como uma virada histórica e cultural, num país em que a participação feminina no Congresso Nacional não chega a 10%¹⁵, chamando atenção para a situação das mulheres negras, em que se soma a discriminação de gênero, raça e classe social. Interessante que a Resolução trata da busca pelo financiamento público de campanha e do voto em lista, com paridade na representação de mulheres, mesmo não havendo ainda paridade na representação de mulheres nos cargos de direção do próprio partido, afirmando-se a necessidade de pressionar a opinião pública para alcance desses objetivos.

Outro desafio foi a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, em 2010, em que os partidos políticos passaram a ser obrigados a destinar aos negros 10% de suas vagas para candidaturas nas eleições, além da aprovação da polêmica Lei de Cotas nº 12.711/2012, que garante a reserva de 50% das vagas nas universidades e instituições federais de ensino técnico de nível médio para pretos, pardos, indígenas, pessoas com deficiência e estudantes de escola pública, trazendo à opinião pública intensos debates sobre o racismo no Brasil.

De acordo com Livia Sant'Anna Vaz (2022):

O debate sobre as cotas raciais rompe paradigmas ao estilhaçar a máscara do silêncio imposto pelo pacto *narcísico da branquitude* (BENTO, 2002) que opera e impera no Brasil; põe em xeque a farsa da democracia racial, ao infringir as cláusulas do *contrato racial* (de adesão), unilateralmente assinado à revelia das pessoas negras e indígenas; coloca o dedo numa ferida ainda aberta e nunca cicatrizada, impondo o reconhecimento da centralidade do racismo como fator inerente à nossa (não) Democracia. [...] Elas nos impelem à reflexão e à ação antirracista, para muito além dos meros discursos rasos da branquitude meritocrática. Também nos mobilizam a avançar para garantir dignidade às pessoas negras, cujas vidas importam hoje e agora. (VAZ, 2022, p. 26-27)

¹⁵ Resolução do IV Congresso Nacional do PT (2010).

A Resolução do V Congresso (2015) possui um tópico sobre Políticas de Igualdade para Mulheres, mas somente cita a necessidade de avançar na igualdade de participação das mulheres nos espaços de decisão e que seja conteúdo obrigatório na grade curricular de discussão em todos os momentos de formação do partido, o que já vem sendo enfatizado ao longo de todos os congressos já realizados. Deste modo, percebe-se uma certa acomodação no que tange a proposições mais incisivas para a emancipação das mulheres no interior do partido, e, de certa forma, esse sentimento passa a ser presente com o desenrolar da presença do partido no governo. Ter uma mulher na presidência parece ser o ápice do avanço das pautas das mulheres.

Porém, a história mostra que nem tudo está ganho e, em 2016, se deu o golpe que destituiu a presidenta Dilma do poder. O VI Congresso (2017) ocorre nesse contexto, com a presidência de Michel Temer - após o golpe - e dedicado à companheira Marisa Letícia Lula da Silva, recém falecida em meio à turbulência e perseguição política que o partido vinha sofrendo e, em especial seu esposo, o ex-presidente Lula.

A Resolução desse Congresso é a que mais possui menção às mulheres. Num contexto pré-eleição 2018, são enfatizadas pautas para o programa de governo com a construção de um Plano Nacional de Emergência, visando dentre as garantias de direitos por meio das Políticas Sociais a retomada da Política Nacional voltada à igualdade de gênero. Dentro do programa se pautava a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte livre, democrática e soberana, com o intuito de reorganizar estruturalmente o Estado brasileiro através de reformas. Dentre as 13 reformas propostas, está inclusa a de Direito das Mulheres, que estabelece a descriminalização do aborto, com regulamentação de sua prática no serviço público de saúde, garantia de pagamento de salário igual para trabalho igual e extensão da licença-maternidade de seis meses para todas as trabalhadoras.

No que tange à estrutura e funcionamento partidário, a Resolução do VI Congresso propõe uma campanha nacional de filiação com foco especial nas trabalhadoras mulheres, negr@s, indígenas e jovens. Seu Anexo I, discorre sobre o Enfrentamento da Violência Contra as Mulheres no PT, destrinchando em 8 pontos diversos mecanismos de combate à violência. O Anexo II trata da Resolução de Combate ao Racismo, cita a violência contra às mulheres negras, a juventude negra, ataques às religiões de matriz africana e aos territórios quilombolas, grupos que sofrem grande impacto com o golpe, e, por isso, assegura a definição de orçamento próprio para execução de ações de combate ao racismo e de promoção da igualdade racial, deliberadas em um seminário promovido pela Secretaria Nacional de Combate ao Racismo. Além disso, reconhece que a garantia de financiamento para as mulheres petistas vem

contribuindo para seu empoderamento nas estruturas do partido, fortalecendo e ampliando sua participação nas lutas sociais e partidárias. A Resolução do VI Congresso demonstra o avanço e amadurecimento das pautas de gênero e raça no Partido dos Trabalhadores.

Em relação a baixa representatividade das mulheres na política, a Secretaria Nacional de Mulheres do PT lança em 2018 uma importante ferramenta de ação afirmativa, o Programa Elas por Elas¹⁶, que busca transformar esse cenário através de formação política, planejamento de campanha, com assessoria contábil, jurídica e de comunicação. No mesmo ano, o Programa ganha a versão específica Elas por Elas Mulheres Negras, buscando incentivar e fortalecer a candidatura de mulheres negras aos poderes Executivo, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais.

Portanto, podemos observar nos documentos oficiais do partido que as bandeiras de luta de gênero e racial estão presentes desde sua concepção, extrapolam os limites da organização interna e têm suma importância na elaboração e implementação de políticas públicas que buscam minorar ou até extinguir os impactos do sexismo e do racismo na sociedade brasileira, fazendo com que o PT tenha relevante papel na história de transformação política e cultural em nosso país.

3.2– IV Congresso Nacional do PT (2011) aprova a paridade entre homens e mulheres e cotas étnico-raciais nos cargos de direção: o que mudou?

Vinte anos após a aprovação da cota de 30% para mulheres no I Congresso Nacional do Partido foi aprovada a paridade entre homens e mulheres nos cargos de direção no Partido dos Trabalhadores. Vale resgatar que uma das grandes expoentes desse primeiro movimento pelas cotas de mulheres no início da década de 1990 é uma mulher negra, a deputada federal Benedita da Silva (PT-RJ). Ela relembra que não foi fácil, que houve muita resistência, e que até várias mulheres petistas consideravam a medida paternalista, lançando mão de argumentos para depreciar as cotas como ‘falta de competência’ e um suposto caráter artificial da medida, chegando a proposta ser rejeitada em algumas instâncias estaduais. Mas graças a cumplicidade entre as mulheres de várias forças políticas internas do partido, foi possível a aprovação, depois de muitos encontros e reuniões para convencer os mais ortodoxos, afirmou a deputada¹⁷.

¹⁶ <https://www.elasporelaspt.com.br/> Acesso em 05/05/2023.

¹⁷ <https://pt.org.br/relembre-pt-aprovou-cota-de-mulheres-no-1o-congresso-em-1991/> Acesso em 24/05/23.

Os debates sobre a participação das mulheres nas instâncias de decisão não se encerraram por aí, depois de diversos encontros temáticos, formações e articulação das mulheres, em 2011, o debate avança para um outro patamar. O IV Congresso Nacional do partido foi dividido em duas fases, sendo a primeira realizada em fevereiro de 2010, em que Dilma Rousseff foi aprovada como candidata a presidenta da República, pelos delegados e delegadas eleitos pelo voto direto dos filiados e filiadas do partido em todo o país, para suceder o governo do presidente Lula.¹⁸ Sem dúvida, é um momento inédito e de suma importância para a história brasileira, sua vitória eleitoral representou uma ruptura com o passado, em que somente homens assumiram o comando máximo do país. Nessa mesma ocasião também foram aprovadas as Diretrizes do Programa de Governo.

A segunda fase do Congresso ocorreu em setembro de 2011 para uma reforma estatutária que viesse atualizar a estrutura partidária à luz da experiência, êxitos e desafios a superar pelo partido. A Comissão Executiva Nacional (CEN) decidiu que a paridade de gênero seria imediatamente observada na eleição das coordenações e coletivos setoriais, e nas delegações. Nos casos em que o número total de membros for ímpar, o preenchimento da vaga restante seria de livre escolha¹⁹. Além disso, foram aprovadas 20% de cotas para jovens e 20% de cotas étnico-raciais apenas para os diretórios, e sobre a opção setorial, as integrantes do setorial de mulheres, de juventude e de combate ao racismo podem participar de outro setorial simultaneamente, com direito à voz e voto.

Cabe ressaltar a influência dessas decisões para construção e implementação do Programa de Governo aprovado na ocasião do IV Congresso. Dividido em 13 compromissos programáticos de Dilma Rousseff para debate na sociedade brasileira²⁰, o Programa reafirma as mudanças em nosso país desde a eleição do primeiro mandato do Partido dos Trabalhadores em 2003, com Luís Inácio Lula da Silva, mudanças essas que, segundo o texto, não foram oriundas de um movimento solitário, mas de ampla maioria de nossa sociedade, com apoio de ampla coligação de partidos no Congresso Nacional e no Executivo, da participação ativa dos trabalhadores e seus sindicatos, do empresariado e suas entidades e das mais abrangentes parcelas da sociedade civil, refletindo a força da democracia brasileira.

No presente Programa, são citadas as políticas sociais dos governos do PT até então implementadas, e vale mencionar as que impactam diretamente na vida das mulheres, como o

¹⁸ Resolução Política do IV Congresso Nacional do PT (2011).

¹⁹ Resolução da Reforma Estatutária IV Congresso Nacional do PT (2011).

²⁰ Os 13 compromissos programáticos de Dilma Rousseff para debate na sociedade brasileira (2010). <https://fpabramo.org.br/csbh/novembro-negro-programas-de-governo/> Acesso em 20/04/2023.

Fundeb, criação do piso salarial nacional do magistério e programas de qualificação docentes, que atingem um corpo de profissionais formado majoritariamente por mulheres²¹. Criação de novas universidades, escolas profissionais, e do PROUNI, que atingiu uma grande parcela de estudantes pobres. Na saúde, novos programas como Samu, Brasil Sorridente, Unidades de Pronto Atendimento, a ampliação das equipes do Saúde da Família, o acesso a medicamentos e às Farmácias Populares. A criação do Programa Minha Casa, Minha Vida, em que as mulheres são proprietárias de quase 90% dos imóveis²², reforçado pela Lei nº 11.124/2005, do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, que indica a titularidade dos imóveis concedidos pelo Poder Público seja, preferencialmente, no nome da mulher chefe de família. E o emblemático Programa Bolsa Família, programa de transferência de renda em que as mulheres são responsáveis familiares em 81% das concessões.²³

É justamente no compromisso nº 5 do Programa de Governo de Dilma Rousseff que trata o Bolsa Família como uma das políticas de erradicação da pobreza absoluta e promoção da igualdade, com garantia de futuro para os setores discriminados na sociedade. Mas que deve ser efetivada em conjunto com políticas de ampliação da geração de emprego e renda, com fortalecimento da economia solidária e de programas de capacitação e crédito que favoreçam o empreendedorismo. Além disso, ampliar as iniciativas legais e administrativas que, no governo Lula, promoveram a igualdade de direitos e de oportunidades para mulheres, negros, populações indígenas, idosos e para todos os setores da sociedade discriminados, seja pela sua condição social, deficiência, etnia, ideias, credos ou por sua orientação sexual.²⁴

Portanto, é importante nesta análise fazer um paralelo das mudanças relacionadas à organização interna do partido com as ocorridas no seio da sociedade brasileira, no que cerne o avançar de políticas públicas, bem como a aprovação de leis e mecanismos relacionados à pauta de gênero e raça.

Tomamos agora como exemplo as mudanças significativas na Lei nº 9.504/1997, que estabelece normas para as eleições:

Art. 10 - Cada partido poderá registrar candidatos para a Câmara dos Deputados, a Câmara Legislativa, as Assembleias Legislativas e as Câmaras Municipais no total de até 100% (cem por cento) do número de lugares a preencher mais 1 (um). (Redação dada pela Lei nº 14.211, de 2021)

²¹ <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/dia-da-mulher-mulheres-sao-maioria-na-docencia-e-gestao-da-educacao-basica> Acesso em 27/05/2023.

²² <https://www.diariodolitoral.com.br/cotidiano/minha-casa-minha-vida-86-dos-imoveis-tem-mulheres-como/114186/> Acesso em 27/05/2023.

²³ <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2023/03/mulheres-sao-responsaveis-familiares-em-81-das-concessoes-do-bolsa-familia> Acesso em 27/05/2023.

²⁴ Os 13 compromissos programáticos de Dilma Rousseff para debate na sociedade brasileira (2010). <https://fpabramo.org.br/csbh/novembro-negro-programas-de-governo/> Acesso em 20/04/2023.

§ 3º Do número de vagas resultante das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo. (Redação dada pela Lei nº 12.034, de 2009) Art. 46. Independentemente da veiculação de propaganda eleitoral gratuita no horário definido nesta Lei, é facultada a transmissão por emissora de rádio ou televisão de debates sobre as eleições majoritária ou proporcional, assegurada a participação de candidatos dos partidos com representação no Congresso Nacional, de, no mínimo, cinco parlamentares, e facultada a dos demais, observado o seguinte: (Redação dada pela Lei nº 13.488, de 2017)

II - nas eleições proporcionais, os debates deverão ser organizados de modo que assegurem a presença de número equivalente de candidatos de todos os partidos a um mesmo cargo eletivo e poderão desdobrar-se em mais de um dia, respeitada a proporção de homens e mulheres estabelecida no § 3º do art. 10 desta Lei; (Redação dada pela Lei nº 14.211, de 2021)

Ainda sobre a lei, observar o Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC):

EC nº 111/2021, art. 2º e parágrafo único: “Art. 2º Para fins de distribuição entre os partidos políticos dos recursos do Fundo Partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), os votos dados a candidatas mulheres ou a candidatos negros para a Câmara dos Deputados nas eleições realizadas de 2022 a 2030 serão contados em dobro. Parágrafo único. A contagem em dobro de votos a que se refere o *caput* somente se aplica uma única vez”.

Ac.-TSE, de 25.8.2020, na Cta nº 060030647: os recursos públicos do Fundo Partidário e do FEFC e o tempo de rádio e TV destinados às candidaturas de mulheres devem ser repartidos entre mulheres negras e brancas na exata proporção das candidaturas apresentadas pelas agremiações; devem, também, ser destinados ao custeio das candidaturas de homens negros na exata proporção das candidaturas apresentadas pelas agremiações. Inadequabilidade de estabelecimento, pelo TSE, de política de reserva de candidaturas para pessoas negras no patamar de 30%. Aplicação do entendimento a partir das Eleições 2022.

A legislação eleitoral diz muito sobre o avanço das pautas que são debatidas há décadas não somente no interior do PT, mas pelas diversas organizações e movimentos sociais no país. A Emenda Constitucional (EC) nº 97/2017 vedou a celebração de coligações²⁵ nas eleições proporcionais para a Câmara dos Deputados, Câmara Legislativa, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais. A partir de 2020, cada partido deverá, individualmente, indicar o mínimo de 30% de mulheres filiadas para concorrer no pleito, no ato do pedido de registro de candidaturas à Justiça Eleitoral. O secretário Judiciário do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Fernando Alencastro, explica que, antes da alteração, a indicação de mulheres para participar

²⁵ Segundo o Glossário Eleitoral, coligação é a união de dois ou mais partidos com vistas à apresentação conjunta de candidatos a determinada eleição. Quando é celebrada uma coligação, esse grupo de partidos passa a se relacionar com a Justiça Eleitoral de uma maneira única. Contudo, com as alterações promovidas pela EC 97, nas eleições proporcionais, cada agremiação partidária terá de indicar seus candidatos. <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2019/Marco/cota-de-30-para-mulheres-nas-eleicoes-proporcionais-devera-ser-cumprida-por-cada-partido-em-2020>

das eleições era por coligação e, a partir de então, será por partido. A mudança vai impactar principalmente o fomento à participação feminina na política, muito incentivado pela legislação. Agora, o partido não vai poder ter como escudo outros partidos para que, enquanto coligação, eles atingissem os 30%.

As estratégias de inclusão e equidade de gênero e raça extrapolam a dinâmica eleitoral e também são verificadas no âmbito da administração pública, com a aplicação de políticas de ações afirmativas. Por isso a importância da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) para elaboração de políticas públicas de combate ao sexismo e ao racismo, como exemplo o Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, criado pela Portaria SPM/PR nº 39/2005, em parceria com a ONU Mulheres e a Organização Internacional do Trabalho. O programa, voltado inicialmente para empresas públicas e privadas, ampliou seu alcance para órgãos da administração direta, com objetivos de contribuir para a eliminação de todas as formas de discriminação no acesso, remuneração, ascensão e permanência no emprego; conscientizar e incentivar empregadoras e empregadores em relação às práticas de gestão de pessoas e de cultura organizacional que promovam a igualdade de oportunidades entre mulheres e homens dentro das organizações; reconhecer publicamente o compromisso das organizações com a igualdade entre mulheres e homens no mundo do trabalho; disponibilizar e divulgar um banco de práticas de igualdade entre mulheres e homens e raça no âmbito da gestão de pessoas e da cultura organizacional no mundo do trabalho (BRASIL, 2010)

Outro exemplo no âmbito da administração pública é a Lei Federal nº 12.990/2014, que reservou aos negros 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos, o que nos leva à uma análise sobre o debate das cotas étnico-raciais dentro e fora do Partido dos Trabalhadores.

No interior do PT, se destaca mais uma vez a participação da deputada federal Benedita da Silva (PT-RJ) na ocasião de aprovação das cotas étnico-raciais para os cargos de direção em 2011, afirmando que: “A gente teve que conquistar o seguinte: somos mulheres, mas não somos iguais” e que “Nós criamos um quilombo forte e fomos para dentro do partido fazer esse debate da questão racial, foi muito difícil”²⁶. Benedita, apesar de reconhecer a luta e o avanço com a conquista da paridade para mulheres e a aprovação das cotas étnico-raciais, enfatiza que ainda é necessário dar mais espaço para incluir negras e negros dentro do partido, como intelectuais e formadores políticos. “Nós queremos uma visibilidade com qualidade. Dificilmente você chama um intelectual negro para fazer uma palestra”. O que diz muito sobre os anseios das mulheres e população negra que historicamente promovem os debates.

²⁶ <https://pt.org.br/4o-congresso-pt-aprovou-cotas-etnico-raciais-em-2011/> Acesso em 27/05/2023.

É importante frisar que o debate sobre as cotas étnico-raciais é antigo e extrapola os limites da dinâmica organizativa do PT. As ações afirmativas, no sentido atualmente aplicado, foram inicialmente consolidadas na Índia em 1947 e ganharam notoriedade nos EUA na década de 1960. (VAZ, 2022, p. 23).

Segundo Zélia Amador de Deus (2020, p.102), é a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) que se inicia o desenvolvimento do Direito Internacional dos Direitos Humanos, e nessa Declaração introduzida a chamada concepção contemporânea de Direitos Humanos, que tem como marca a universalidade e indivisibilidade desses direitos, permitindo a formação de um sistema internacional desses direitos, integrado por tratados internacionais voltados à proteção de direitos fundamentais. A primeira fase marcada pela tônica da proteção geral com base na igualdade formal e com o passar do tempo percebe-se que tratar o indivíduo de forma genérica e abstrata não é suficiente. É necessário entender o indivíduo em sua particularidade e especificidade para garantia de direitos fundamentais. Nessa perspectiva, o direito à diferença surge como direito fundamental ao lado da promoção da igualdade.

Dáí percebe-se a necessidade de conferir a certos grupos, diante da sua peculiaridade, uma proteção especial e particularizada, e os que carecem dessa proteção são os que sofrem discriminação, que suprime direitos fundamentais e os coloca em situação de vulnerabilidade. A partir desse novo contexto, é aprovada em 1965 a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial.

Porém, no contexto político brasileiro de ditadura militar, esses ideários ganham força somente com o período de redemocratização:

No Brasil, é com a Constituição Federal de 1988 e como conquista decorrente dos pleitos dos movimentos negros na Assembleia Constituinte, que – para além da criminalização de atos decorrentes de discriminação/preconceito racial – começa a se delinear uma nova fase na concretização de justiça racial, abrindo-se caminhos para medidas especiais de promoção da igualdade racial. (VAZ, 2022, p. 25)

Zélia Amador de Deus, intelectual negra paraense e professora da Universidade Federal do Pará, pontua sua militância e a história de luta dos movimentos negros no Pará em seu livro “Caminhos trilhados na luta antirracista” (2020). Na obra, relata as dificuldades de sentir-se contemplada pelas pautas dos movimentos e organizações políticas que participou em sua trajetória militante, que não debatiam nem a questão racial, nem de gênero, o debate era classe, até que se tornou uma das fundadoras do Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará

(CEDENPA) em 1980, sendo a única entidade em Belém criada e fundada por negros e negras²⁷.

O CEDENPA se destaca como entidade de combate ao racismo, integrando-se com os movimentos negros da região, participando de todos os Encontros Negros do Norte e Nordeste desde 1981, construindo uma longa trajetória de luta com intervenção política, social, vivenciando o processo de redemocratização do país, sempre buscando evidenciar a pauta racial como de suma importância para construção da democracia. Além de atuar com a criação de materiais, cartilhas, publicações, ações sociais e, mais recentemente, foi responsável pela construção e realização da Marcha das Mulheres Negras em 2016, idealizada por uma de suas expoentes, Nilma Bentes.

Zélia também relata sobre sua importante participação em nível nacional no movimento negro, integrando como representante da sociedade civil o Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra, que ficou conhecido como GTI da População Negra, criado em 1996 pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, em resposta à Marcha Zumbi dos Palmares pela Cidadania e pela Vida, realizada no dia 20 de novembro de 1995, em Brasília, em celebração dos 300 anos de Zumbi dos Palmares, que exigia políticas públicas de combate ao racismo e eliminação da discriminação racial. Além disso, Sueli Carneiro (2020) afirma que foi nesse governo que se iniciaram as primeiras medidas para promoção social dos negros brasileiros, que também promoveu o Seminário Internacional “Multiculturalismo e Racismo: O papel da ação afirmativa nos Estados democráticos contemporâneos”, e que vieram a se ampliar posteriormente com os governos petistas.

Ainda sobre o GTI da População Negra, Zélia Amador participou do Grupo de Educação e do Grupo de Políticas de Ações Afirmativas, ocasião em que estudou muito sobre essas políticas, mas continuava a ser uma voz isolada entre os docentes na UFPA, até que em 2003, em conjunto com alguns professores e estudantes, criou o Grupo de Estudos Afro-Brasileiros das universidades do norte do país, tendo como primeiro projeto o de cotas para negras e negros na universidade. A proposta foi aprovada em 2005, mas só se efetivou em 2008 devido embargo do Ministério Público, tornando a UFPA à época a única universidade da região norte a adotar o sistema de cotas raciais.

Também colaborou com a professora Jane Beltrão para a criação de reserva de vagas para povos indígenas e quilombolas, que foi aprovada somente em 2012. A partir de então, os estudantes que entram pelas cotas se organizam em coletivos, associações, sobretudo as

²⁷ Ver mais em: www.cedenpa.org.br

mulheres negras, indígenas e quilombolas, trazendo novos ares à UFPA, que hoje é diferente do que era antes das políticas de ações afirmativas.

Portanto, a presente análise não possui intenção de creditar somente ao PT a realização dos debates sobre políticas afirmativas de raça e gênero, mas relatar o histórico e avanço do debate numa perspectiva organizativa interna, que sofre influência e ao mesmo tempo influencia nas mudanças que ocorrem na sociedade brasileira relacionadas ao tema através de sua militância, além de verificar a prática das políticas afirmativas aprovadas no âmbito organizacional do partido.

Vale ainda mencionar que a política de cotas étnico-raciais não deve ser vista como mecanismo único de reparação histórica para o povo negro, mas se destaca como importante passo que precisa ser aprofundado e atualizado. Segundo Livia Sant'anna Vaz (2022):

As cotas raciais representam uma das poucas (e ainda insuficientes) respostas dadas pelo Estado brasileiro à secular barbárie produzida contra corpos negros e cujos perversos efeitos seguem, de um lado, naturalizando ausências – de pessoas negras em espaços de poder e decisão –, de outro, normalizando uma necropolítica que condena (quase que inexoravelmente) a existência negra à pobreza, ao subemprego, ao cárcere, à morte prematura, ao *não ser*. Logo, não se trata de nenhuma benesse ao povo negro, mas de uma política pública que lhe é devida e que atua para mitigar o poder devastador que o racismo ainda exerce na sociedade brasileira. (VAZ, 2022, p. 25-26)

Deste modo, é importante avaliar como se dá no partido a execução das políticas afirmativas de raça e gênero até então aprovadas, o que faremos a seguir no próximo tópico.

3.3– Análise interseccional dos cargos de direção no PT ocupado por mulheres a partir de 2010

O tempo de vida da política de paridade de gênero tem um pouco mais de 10 anos no PT, assim como as cotas-étnico raciais, tanto no partido, como política pública implementada via legislativo em nosso país. Deste modo, é importante verificar o funcionamento dessa política no interior do partido e pensar caminhos de aperfeiçoamento da política, através de uma análise interseccional. Para compreender a relevância do uso desse mecanismo metodológico, precisamos tomar conhecimento do termo interseccionalidade.

Vimos no primeiro capítulo as diferentes opressões que sofrem as mulheres negras por conta da desvalorização continuada da natureza feminina negra oriunda do processo de

escravização de corpos negros, que perdura com o racismo ainda presente nas sociedades, somada ao sexismo, que subalterniza os corpos femininos. A realidade do povo negro ao fim da escravidão foi a da pobreza e miséria, negação de direitos e toda sorte de desigualdades que ainda não foram superadas. Ao não encontrar notoriedade para as especificidades das opressões das mulheres negras no interior do movimento feminista mediante o racismo e, sofrer com o sexismo dentro dos movimentos negros, as mulheres negras buscam caminhos que possam denunciar e se articular na luta pela emancipação e valorização das mulheres negras.

Para tanto, diversas intelectuais e feministas negras passam a utilizar a ferramenta metodológica da interseccionalidade, promovendo intervenções políticas e letramentos jurídicos sobre quais condições estruturais o racismo, sexismo e violências correlatas se sobrepõem, discriminam e criam encargos singulares às mulheres negras. (AKOTIRENE, 2019, p. 35). A articulação de mulheres negras gera o sentimento de “divisão” na luta, mas na realidade as mulheres negras passam a entender a interseccionalidade como foco de saberes capazes de promover direito a todas, haja vista que a tripa opressão sofrida por mulheres negras não possuía visibilidade nos movimentos negros e de mulheres.

Patrícia Hill Collins (2019) trata da importância da articulação de mulheres negras em espaços específicos de luta e resistência como espaço seguros que possibilitem a busca de voz, individuais e coletivas, em meio a essa estrutura de dominação e opressão, que apesar de inevitável como fato social, não é hegemônica dentro de espaços sociais em que as mulheres negras falam livremente. Para isso, a importância da autodefinição das mulheres negras para promoção de seu empoderamento. “Quando a sobrevivência da mulher negra está em jogo, criar autodefinições independentes é essencial.” (COLLINS, 2019, p. 203).

O ponto de partida para a autodefinição é a construção da identidade negra, que foi massacrada e desvalorizada pelo racismo oriundo do período escravagista. É nesse processo que mulheres negras podem observar como nossa vida pessoal é profundamente moldada por opressões interseccionais de raça, gênero, sexualidade e classe. Insistir em nossa autodefinição valida nosso poder como sujeitos humanos.

Nesse sentido, Lélia Gonzales (2018), apresenta a categoria amefricanidade como ferramenta epistemológica de resgate das histórias de resistência e luta dos povos colonizados na América Latina. Para a autora, o povo brasileiro é latinoamefricano, fazendo contraponto à hierarquização dos saberes que é produto da classificação racial da população, em que a ciência que possui reconhecimento e valor é branca e colonial, inviabilizando outras experiências do conhecimento.

A construção da identidade negra pode se dar em duas vias: uma de negação, por conta dos estereótipos racistas que recaem sobre nossos corpos, somada a ideologia do embranquecimento, faz parte de uma consciência construída e imposta dos valores brancos ocidentais, que nos faz internalizar e reproduzir o desejo de se afastar da negritude e valorar somente o que é branco, nos afastando da autodefinição, destruindo orgulho e autoestima negra. A outra via é de afirmação, forjada na resistência dos movimentos negros e vivência nos espaços seguros, como dito no último parágrafo.

Tomada a consciência de nossa identidade e os mecanismos que influenciam nessa construção, as mulheres negras passam a reconhecer que estão na base da pirâmide de opressão, definida por bell hooks (1981). A pirâmide socioeconômica apresentada pela intelectual coloca os homens brancos no topo, em seguida as mulheres brancas, seguida de homens negros e mulheres negras na sua base. Ela observa que as opressões sexistas e racistas ora se alternam, colocando algumas vezes as mulheres brancas abaixo dos homens negros, em situações que o patriarcado se impõe e coloca os homens negros em vantagem, acima das mulheres brancas, apesar da raça. Compreender essa pirâmide é de suma importância para a análise interseccional de dada situação, neste caso auxiliar na análise dos dados dos/as ocupantes dos cargos de direção no PT Pará, com algumas ponderações sobre a gestão atual da Direção Executiva Nacional do partido.

Passaremos a analisar quantitativamente os dados repassados pela SORG (Secretaria de organização) do PT Pará sobre as/os ocupantes da Direção Executiva do partido no estado, eleitas através do PED, a partir da aprovação da paridade de gênero e aprovação das cotas étnico-raciais em 2011, com recorte de gênero e raça. Os critérios de raça e gênero são verificados a partir da autodeclaração dos integrantes, informados na ficha de filiação registrada no partido, em que a categoria “negros” e “negras” correspondem à somatória de pretos/as e pardos/as.

Serão analisados quatro períodos: 2010 a 2014; 2014 a 2017; 2017 a 2019; 2020 a 2025. Os cargos do Diretório Estadual são: a) Presidência; b) Vice-presidência; c) Secretaria Geral; d) Secretaria de Organização; e) Secretaria de Assuntos Institucionais; f) Secretaria de Finanças; g) Secretaria de Comunicação; h) Secretaria de Formação Política; i) Secretaria de Movimentos Sociais; j) Liderança da bancada na ALEPA (Assembleia Legislativa do Pará); l) Membros e Suplentes da Comissão de Ética; m) Membros e Suplentes do Diretório Estadual.

Dentre esses cargos, três são estratégicos: a Presidência, Vice-presidência e Líder da bancada na ALEPA. Por representarem institucionalmente o partido em diversos espaços, seus

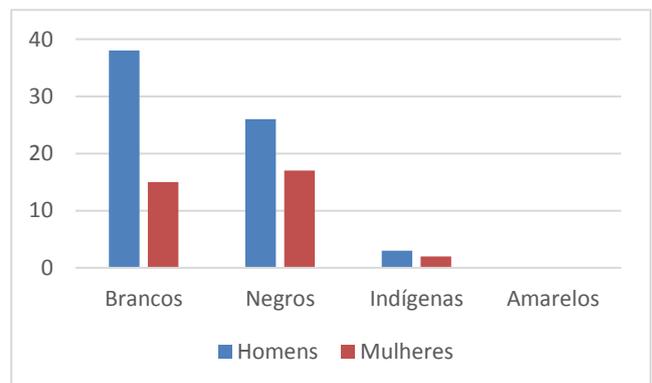
ocupantes ganham evidência, visibilidade e articulação política, tornando-se figuras públicas, concedem entrevistas e dialogam com diversas instituições e movimentos. Serão analisados também como estes cargos de destaque são ocupados com recorte interseccional.

Alguns dos cargos foram ocupados por mais de uma pessoa, em cada período, em algumas ocasiões. Nas eleições, as tendências internas costumam acordos entre os seus representantes na chapa para que seja referendada a gestão partilhada entre o primeiro e segundo mais votado, assim a cadeira fica sob o poder das duas tendências em período de tempo igual. Além disso, geram vacância a impossibilidade pessoal de prosseguir no cargo ou falecimento da/o membro eleito/a. Deste modo, serão quantificados o número total de integrantes que passaram pelo Diretório Estadual nos períodos relacionados, e não o número de cargos, a serem analisados.

No período de 2010 a 2014, a eleição do Diretório ocorreu antes da aprovação da paridade e das cotas, portanto segue a regra eleitoral anterior. Deste modo, será possível constatar a situação da paridade de gênero e das cotas étnico-raciais antes e depois de sua aprovação no Congresso de 2011. Verificamos o seguinte quantitativo:

Tabela 1 e Gráfico 1- Quantitativo de ocupantes do Diretório Estadual divididos por gênero e raça no período de 2010 a 2014

	Homens	Mulheres	Total
Branco	38	15	53
Negro	26	17	43
Indígenas	3	2	5
Amarelos	0	0	0
Total	67	34	101



Fonte: SORG-PA

Logo observamos a necessidade da política de equidade de gênero mediante o maior número de homens (67 homens, corresponde a 66%) que passaram pelo Diretório nesse período. Verificamos também que a quantidade total de pessoas negras (43 pessoas, equivalente a 43%), apesar de menor, é um número significativo para uma realidade de opressão do povo negro e sua ocupação de espaços políticos decisórios. Isso pode estar relacionado a própria história de

formação do PT, que é de base trabalhadora, militante, pertencente as camadas mais populares da sociedade, majoritariamente formada pela população negra.

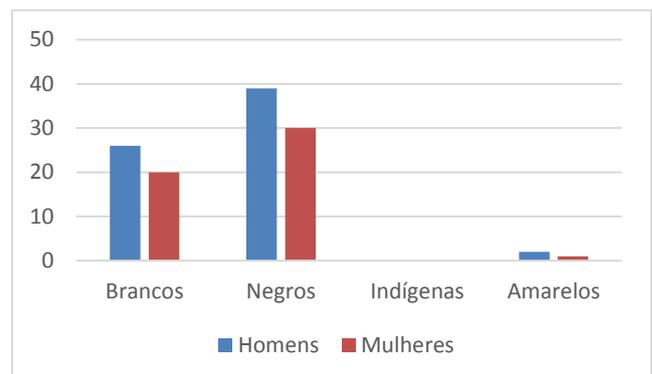
Verifica-se também maioria de mulheres negras (17 mulheres) em relação às mulheres brancas (15 mulheres), mas quase que equiparado, o que demonstra a ativa participação das mulheres negras no partido. Porém, se compararmos a quantidade de mulheres negras (17 mulheres) e mulheres brancas (15), com os homens negros (26 homens), observamos que o atenuante do sexismo dá vantagem aos homens, as mulheres negras ocupam menos espaços que os homens negros e estes ocupam mais espaços que as mulheres brancas. Os homens negros se beneficiam da estrutura machista para ocupar os postos de liderança, o que reforça a teoria de que as mulheres negras pertencem à base da pirâmide de opressão e as mulheres brancas podem alternar a posição com os homens negros em situações que o sexismo se sobrepõe.

Sobre os cargos estratégicos, nesse período a presidência foi ocupada por um homem negro, a vice-presidência alternada entre outro homem negro, um homem branco e uma mulher negra. A liderança na ALEPA ocupada por uma parlamentar branca e posteriormente ocupada por um homem indígena. Ou seja, a mulher negra ocupou somente um espaço de vice-presidência num curto período (30/01/2010 a 30/06/2011).

O próximo período (2014 a 2017) já está em vigor as políticas de paridade de gênero e cotas étnico-raciais e, de acordo com os dados:

Tabela 2 e Gráfico 2- Quantitativo de ocupantes do Diretório Estadual divididos por gênero e raça no período de 2014 a 2017

	Homens	Mulheres	Total
Branco	26	20	46
Negro	39	30	69
Indígena	0	0	0
Amarelo	2	1	3
Total	67	51	118



Fonte: SORG-PA

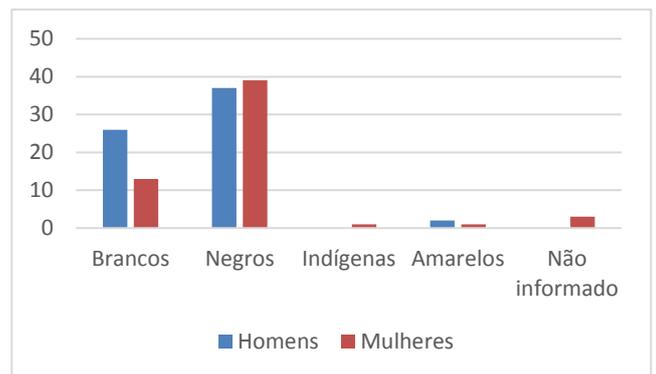
Observamos, primeiramente, que a equidade de gênero não se concretizou na eleição com as novas regras, os homens são 57% dos ocupantes que passaram pelo diretório nesse período, porém com redução da porcentagem em comparação ao período anterior, que era de

66%. O quantitativo de pessoas negras (58%) aumentou em relação ao último período (43%), assim como aumentou a diferença entre o número de mulheres negras (30 mulheres) em relação às mulheres brancas (20 mulheres). Os homens negros (39 homens) seguiram ocupando mais espaços que as mulheres negras e as mulheres brancas, mantendo a lógica analisada no período anterior.

No que tange aos cargos de destaque, a presidência foi ocupada por um homem branco, a vice-presidência alternada entre dois homens brancos, e o líder da bancada na ALEPA um homem negro. As mulheres dessa vez ocuparam os demais postos de liderança, porém os mais estratégicos foram ocupados somente por homens, na maioria brancos.

Tabela 3 e Gráfico 3- Quantitativo de ocupantes do Diretório Estadual divididos por gênero e raça no período de 2017 a 2019

	Homens	Mulheres	Total
Branco	26	13	39
Negro	37	39	76
Indígenas	0	1	1
Amarelos	2	1	3
Não informado	0	3	3
Total	65	57	122



Fonte: SORG-PA

Apesar dos homens permanecerem sendo a maioria dos ocupantes que passaram pelos cargos (53%), percebemos pequena redução desse quantitativo, muito próximo de alcançar a equidade de gênero, assim como uma tendência crescente no quantitativo de pessoas negras (62%), demonstrando que as políticas afirmativas começam a surtir efeito na prática, compondo inclusive maioria do quadro de direção. A tendência crescente também acompanha o número de mulheres negras (39 mulheres) em comparação às mulheres brancas (13 mulheres), um salto significativo na participação de mulheres negras compondo o Diretório. O número de homens negros se mantém o mesmo, 39 homens, demonstrando que as mulheres negras são as responsáveis pelo aumento quantitativo de pessoas negras nesse período.

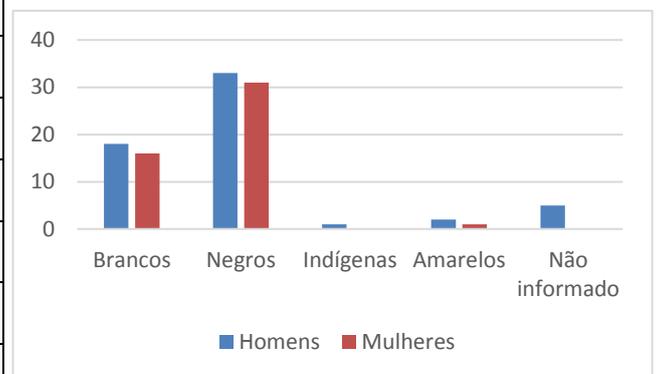
Os postos de destaque se compuseram na seguinte ordem: o retorno à presidência de um homem negro, que ocupou o cargo no primeiro período analisado, a vice-presidência alternada

entre duas mulheres negras, dois homens negros e um homem branco, e a liderança na Assembleia Legislativa um parlamentar branco. Segue então a lógica de maioria masculina na ocupação de espaços estratégicos, mas de maioria negra, demonstrando avanço no que tange à raça dos ocupantes e dessa vez duas mulheres negras passaram pela vice-presidência.

O último período a ser analisado compreende a gestão atual, que foi eleita no PED em 2019 e vigora até 2025.

Tabela 4 e Gráfico 4- Quantitativo de ocupantes do Diretório Estadual divididos por gênero e raça no período de 2019 a 2025

	Homens	Mulheres	Total
Branco	18	16	34
Negro	33	31	64
Indígenas	1	0	1
Amarelos	2	1	3
Não informado	5	0	5
Total	59	48	107



Fonte: SORG-PA

O atual Diretório possui 55% de homens na composição, o que significa um leve aumento em relação ao período antecessor (53%), ainda assim mantendo-se próximo à margem de equidade de gênero. A gestão em tela possui 60% de pessoas negras na direção estadual e, apesar da pequena redução nesta gestão, o quantitativo de mulheres negras (31 mulheres) praticamente se equipara ao de homens negros (33 homens), assim como seguem sendo maioria comparada às mulheres brancas (16 mulheres). Os dados demonstram a tendência de crescimento da presença de mulheres negras nos cargos de direção do partido, o que é positivo, pois comprova de certa forma a eficácia das ações afirmativas na organização.

Sobre os cargos estratégicos, a presidência encontra-se nas mãos de um homem negro, a vice-presidência alternada entre duas mulheres negras, três homens negros e um homem branco. O líder da bancada na ALEPA permanece com um parlamentar branco.

Neste sentido, acompanhamos um quadro que se assemelha comparados os quatro períodos, que é o fato do significativo crescimento do número de mulheres negras ocupando os cargos de direção, porém sem ocupar os cargos de destaque, chegando no máximo a compor de

forma alternada a vice-presidência, com exceção somente ao período de 2017 a 2019, em que nenhuma mulher negra ocupou um dos cargos de maior evidência, mas que os homens negros ocuparam e hoje ocupam.

Tomando por base esse fenômeno, vale analisar também a composição do quadro nacional do Partido. Para tanto, será realizado somente uma análise de gênero, com base nos dados disponíveis no site oficial do PT²⁸, e dialogar em torno dos cargos estratégicos nacionais.

Atualmente, o Diretório Nacional do PT é composto 92 membros e membras, sendo 46 homens e 46 mulheres. Além disso, possui 19 Secretarias Executivas, das quais suas lideranças foram escolhidas através do último PED em 2019²⁹. Dentre o quantitativo total de lideranças dessas secretarias, 10 são homens e 9 são mulheres. O partido é presidido nacionalmente por uma mulher branca, um homem como presidente de honra, um homem na vice-presidência, um homem branco na liderança da bancada do PT no Senado e outro homem branco líder da bancada do partido na Câmara Federal.

Deste modo, apesar de verificarmos a equidade de gênero no Diretório Nacional, vimos se repetir a ausência de mulheres negras nos cargos de maior destaque. Não podemos deixar de recordar que a primeira mulher indicada à Presidência da República pelo PT, e que veio a se eleger, foi uma mulher branca. E mais uma vez o sexismo fez prevalecer a força do patriarcado, sobrepondo à raça, vindo a destituir seu mandato através de um golpe parlamentar.

Precisamos refletir então sobre os limites das políticas afirmativas, que conseguem promover a participação e aumento gradativo de mulheres negras na composição geral do Diretório Estadual, mas não conseguem ocupar os cargos mais estratégicos e de grande visibilidade, tanto no Pará como nacionalmente.

Retomamos a pergunta que compõe o título deste trabalho: Negras no topo? A resposta pode ser: Nem tanto! Pois a medida que sua representação nos cargos de direção no partido aumenta, o mesmo não se repete quando se trata dos cargos mais disputados e de maior relevância. “Se a questão da mulher avança, o racismo vem e barra as negras. Se o racismo é burlado, geralmente quem se beneficia é o homem negro. Ser mulher negra é experimentar essa condição de asfixia social.” (CARNEIRO, 2020).

Vimos que o PT é um partido para além da base ideológica e atualmente é galgado na lógica profissional eleitoral, buscando ocupar cada vez mais espaços nos governos, parlamentos e câmaras. Sendo assim, precisa levar em consideração o sentimento do eleitorado brasileiro,

²⁸ <https://pt.org.br/diretorio-nacional/> Acesso em: 31/05/2023

²⁹ <https://pt.org.br/secretarias-e-setoriais/> Acesso em: 31/05/2023.

constituído por uma sociedade fundada na desigualdade, bastante conservadora, racista, com domínio patriarcal. Sendo assim, muitas pautas progressistas não agradam boa parte dos/as eleitores/as e o partido se depara com o desafio pela busca do poder para avançar com políticas públicas que alterem essa realidade e ao mesmo tempo precisa recuar ou escamotear suas pautas para que não venha perder a preferência na hora do voto.

Somado a isso, o desafio imposto pelas sucessivas campanhas de difamação, golpes e enfraquecimento do partido encampadas pela direita e extrema-direita, que desejam manter o *status quo* de um país comandado pelas elites, permeado de privilégios de classe, lançando mão do argumento da manutenção da moralidade, decência e bons costumes. Todas essas questões acabam por impactar também nas decisões internas do partido, que muitas vezes sucumbe à lógica hegemônica de manutenção de poder através de uma cultura política historicamente clientelista, paternalista e de domínio masculino branco, costurando acordos e alianças mais pragmáticas, que vêm distanciar as mulheres negras dos espaços políticos de maior importância.

Sobre mulheres negras e poder, Sueli Carneiro (2020) aborda as poucas experiências concretas que as mulheres negras têm com instâncias de poder em seu texto “Mulheres negras e poder: um ensaio sobre a ausência”. A autora relata os exemplos de Matilde Ribeiro, Ministra da Igualdade Racial entre 2003 e 2008, duramente rechaçada ao se ver envolvida em um escândalo de mal-uso do cartão corporativo, e da Deputada Benedita da Silva, discorrendo a repercussão midiática racista sobre sua presença em diversos espaços de poder que ocupou.

No caso de Matilde Ribeiro, a mesma afirmou que foi induzida ao erro no uso do cartão corporativo por orientação de funcionários do governo e que não agiu de má-fé. Ainda assim, teve que devolver R\$ 2.815,35 aos cofres públicos, por orientação da CGU – Controladoria Geral da União. O fato levou à demissão da ministra, e além de pedir sua cabeça, passaram também a pedir a extinção do órgão que a mesma dirigia. Sueli Carneiro questiona quantas vezes um escândalo envolvendo um gestor público leva a necessidade de exclusão de um órgão e quantos outros assumiram ministérios ou mandato parlamentar com suspeitas bem mais graves, mas que passaram longe do olhar da opinião pública e da mídia. Já Benedita da Silva foi obrigada a passar pelo crivo da imprensa ao noticiar sua presença em determinados espaços de poder, muitas vezes acentuando uma condição de “fora do lugar” que somente o racismo e sexismo podem explicar. Assim, vemos que a violência política contra mulheres negras é impetrada de diversas maneiras e isso certamente cerceia o desejo de muitas negras almejarem aos cargos de maior evidência. O medo é uma poderosa ferramenta utilizada contra nossa emancipação.

Através das referências de intelectuais negras, reconhecemos as dificuldades e empecilhos impostos às mulheres negras para participação política e ascensão nestes espaços. Além das condições já levantadas, podemos considerar o aspecto que gira em torno da nossa autoestima, que sofre um longo e contínuo processo de desvalorização, que nos leva muitas vezes a não acreditar no próprio potencial e capacidade de ocupar lugares de maior destaque. Soma-se a isso o pacto narcísico da branquitude, que determina até onde as mulheres negras podem chegar, demarca os espaços que sempre foram ocupados pelos brancos e de maneira implícita, ou em casos extremos, com violência, nos direcionam ao lugar que historicamente nos foi relegado, o da subalternidade.

Portanto, de acordo com Sueli Carneiro (2020), o avanço de mulheres negras no poder perpassa pela necessidade de fortalecimento do combate ao racismo, com políticas de formação não somente para a base da militância e da sociedade, mas principalmente aos quadros políticos mais elevados e também aos gestores públicos.

Além disso, investir no fortalecimento das organizações de mulheres negras, pois são nesses espaços seguros que se constrói a consciência dos problemas que nos atinge, é promovida a denúncia desses problemas, são formuladas políticas de combate à dupla opressão sexista e racista que sofremos, bem como avança o debate junto à opinião pública quanto a necessidade de erradicarmos essas opressões, para que a democracia seja de fato uma realidade em nosso país. E por fim, fortalecer as políticas de incentivo a candidaturas femininas, em especial de mulheres negras, como o Programa Elas por Elas, da Secretaria Nacional de Mulheres do PT, bem como destinar atenção especial ao registro de dados sobre raça e gênero de seus filiados.

Que todas as cidadãs e cidadãos, independente de gênero, raça, religião ou orientação sexual tenham de fato direitos iguais, inclusive de acesso aos espaços de poder e decisão política.

Se há racismo e sexismo, não há democracia!

CONSIDERAÇÕES FINAIS - E EU, NÃO SOU UMA MULHER?

Nós, mulheres negras, não estamos sozinhas. Temos nossas referências ancestrais. Não precisamos de padrinhos e nem de madrinhas, sobretudo, brancos. São as nossas referências femininas e negras que nos dão força.

Nilma Lino Gomes

A vida não é fácil! Para gente pobre, pior ainda! Se forem mulheres pobres, maior a exploração, e se forem mulheres pobres e negras, chega ao nível da asfixia social, pois o racismo, o ceticismo e a exclusão social, às quais as mulheres negras são submetidas, se potencializam e se retroalimentam, mantendo-as nessa condição.

A luta das mulheres negras tem por princípio um direito básico: o reconhecimento de sua humanidade. A escravização de corpos negros se constituiu em um período sombrio da história mundial, que promoveu uma das formas mais bárbaras de violência e exploração de seres humanos, com efeitos que perduram até a atualidade através do racismo. O racismo é cruel! Portanto, a articulação de mulheres negras de forma orgânica, ainda no período sufragista, foi um passo importante para o avanço da luta e visibilidade das condições das mulheres negras nas sociedades.

As dificuldades são muitas, vividas inclusive no interior dos movimentos negros, dos movimentos de mulheres e dos partidos políticos, pois enfrentamos os desafios de conciliar a vida política com as duplas e triplas jornadas a que nós mulheres somos submetidas, somadas à luta pela sobrevivência, por conquista de direitos e, ainda mais, luta para manutenção e avanço dos direitos conquistados. Um exemplo são as cotas de mulheres nos cargos de direção, no início aprovada em 30% de vagas, a política não era respeitada na prática, surgindo a necessidade de propor à época modificações no procedimento de eleição das delegações aos Encontros e Congressos do Partido.

Observamos também o tempo que se levou para a criação das Secretarias de Combate ao Racismo (1995) e Secretarias de Mulheres (1996) desde a fundação do PT em 1980, ou seja, mais de 10 anos. Mesmo o partido reconhecendo a pauta racial, ela não era considerada um ponto básico para a luta contra a hegemonia, mas sim uma questão de minoria. Foram

necessários diversos encontros de mulheres e encontros de negros e negras para forçar o partido a reconhecer a importância dessas pautas para garantia da democracia.

Outra observação importante a fazer é sobre o lapso temporal de 20 anos entre a aprovação das cotas de mulheres em 30% até a aprovação da equidade de gênero. Somente 30 anos após a fundação do partido, foram aprovadas as cotas étnico-raciais em 30% para os cargos de direção, levando-se em conta que esse debate que já ocorre no mundo desde a década de 1960.

O Partido dos Trabalhadores é o maior partido de esquerda da América Latina; seu crescimento, principalmente no campo eleitoral, foi imprimindo ao partido lógica mais reformista e pragmática. Aos poucos, o PT seguiu professando um socialismo vago, se acomodando ao berço do nacional-desenvolvimentismo, configurando-se em mais um desafio para a luta em torno de garantias de direitos às populações excluídas.

Essas lógicas influenciam no próprio PED, em que o processo eleitoral que envolve a criação de chapas, campanha, mobilização e articulação política sofre com as práticas clientelistas que perpassam pelas escolhas, promovendo distorções na garantia de equidade de gênero e das cotas étnico-raciais, posto que acabam ficando no plano secundário, diante dos acordos e alianças mais pragmáticas. As políticas de combate ao racismo e ao sexismo precisam extrapolar os limites da organização interna do PT. Os Setoriais de Mulheres e de Combate ao racismo são importantes mecanismos de promoção dos debates e implementação de políticas nesse sentido, porém sofre com a falta de incentivo e condições materiais para realização de um trabalho mais efetivo. O PT, com o passar dos anos, foi perdendo a cultura de formação política, tornando-se momentos raros e esvaziados de participantes. Os períodos eleitorais e de competição política acabam por dar maior movimentação ao partido.

Ademais, a liderança dos Setoriais e composição dos Coletivos de Mulheres do PT são definidas, na prática, pelas lideranças das tendências políticas, que indicam as/os integrantes e muitas vezes essas pessoas não possuem condições ou intenção de conduzir os trabalhos necessários para funcionamento dos Setoriais de forma mais efetiva, permanecendo ali para “cumprir tabela” e manter a presença da tendência nos espaços.

Pude observar essas práticas na minha vivência como integrante do Coletivo Municipal de Mulheres do PT-Belém desde 2016. Acompanhei as dificuldades da Secretaria Municipal e Estadual de Mulheres para realizar atividades formativas para as próprias integrantes, na condução do Programa Elas por Elas, além dos desafios em se posicionar contra o sexismo nas instâncias internas, pois qualquer crítica e denúncia que tenham como alvos grandes nomes das

tendências, os “caciques”, podem trazer retaliações e consequências às lideranças desses espaços, correndo o risco de não ser mais indicada a ocupar cargos ou perder um emprego que foi concedido através de articulação política da tendência, haja visto que o PT opera também numa lógica clientelista, com distribuição de cargos e empregos para manutenção de apoios e alianças.

Através da análise dos dados quantitativos coletados, podemos concluir que o PT Pará é um partido de significativa representação negra. Apesar de maioria masculina negra, o fato não deixa de demonstrar a importância e impacto das políticas afirmativas no interior da organização. Porém, é necessário maior investimento nessas políticas, principalmente no que tange à formação política, com vistas a avançar no combate ao racismo e sexismo, abrindo caminho para que as mulheres negras venham a ocupar também os cargos de maior relevância.

É necessário superar os limites dessa cultura política. Seguir avançando com as políticas afirmativas de combate ao racismo e sexismo, lutar por mais investimento em formação política, para que além de promoção de debates no interior do partido, seja possível alcançar a população e também as gestões das instituições públicas e privadas. Fortalecer o Programa Elas por Elas, com maior investimento para o incentivo e promoção de candidaturas femininas e negras, com olhar especial para as dificuldades que as mulheres negras enfrentam para participar de uma campanha eleitoral e, posteriormente, levar adiante seu mandato.

Cabe destacar que o referido Programa nasce na gestão da jovem indígena amazonense Anne Karolyne Moura, atual Secretária Nacional de Mulheres do PT, que é fruto da paridade e das cotas étnico-raciais e de juventude, provando a importância dessas políticas, as mudanças e transformações que podem operar aquelas que foram relegadas historicamente desses espaços.

Importante também que a SORG destine especial atenção aos registros de dados relacionados a raça e gênero de seus/suas filiadas, pois a ausência de dados nacionais na presente pesquisa demonstra a fragilidade da organização nesse sentido, impossibilitando análises mais aprofundadas e qualificadas na esfera nacional. Conferir registro detalhado, qualificado e de acordo com os pressupostos atuais sobre raça contribui no processo de implementação e avaliação das políticas afirmativas de raça e gênero no partido.

Lutar pelo incentivo à formação de intelectuais negras, pois vemos como os processos educativos e formativos são fundamentais para o avanço na mudança de mentalidades. O acesso à educação e pesquisa pela população negra garantiu um salto significativo na articulação dos movimentos de mulheres negras e, portanto, além da promoção de programas educativos, é

necessário fortalecer a Fundação Perseu Abramo, que se promovam políticas de divulgação e acesso voltadas especificamente às mulheres negras.

Neste sentido, é relevante avaliar não somente o acesso e permanência de mulheres negras nos espaços de poder, mas se estas mulheres irão agir em prol de nossas causas, de nossas bandeiras, não basta unicamente ocupar os espaços, é necessário que seja ocupado com qualidade, com a garantia mínima de que serão ocupados por mulheres conscientes e comprometidas com nossas necessidades, e isso perpassa pelo processo formativo e educativo para tomada de consciência.

Além disso, precisamos valorizar as intelectuais negras que preenchem as fileiras do partido, que sejam reconhecidas, homenageadas e priorizadas nos debates e formações. Aproveito e deixo minha homenagem a todas intelectuais negras do PT Pará, em nome da Prof^a Dra. Zélia Amador de Deus, que dedica uma vida inteira à luta pelo combate ao racismo e sexismo, tornando-se uma referência importante no Pará e no Brasil.

De fato, são grandes os desafios, pois envolve lutar contra estruturas consolidadas através de uma cultura política enraizada desde o Brasil Colônia, muito difícil de romper. Mas foi com ousadia, esforço e coragem que chegamos até aqui! Seguimos!

Viva a luta das trabalhadoras!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. Feminismos Plurais / Coordenação de Djamila Ribeiro – São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ALMEIDA, Jéssica T.; MACHADO, Raquel C.R. **Gênero, Raça e Participação Política da Mulher Negra: da visibilização à inclusão**. Revista Direito Público - RDP, Brasília, Volume 18, n. 98, 389-413, mar./abr. 2021.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. Feminismos Plurais / Coordenação de Djamila Ribeiro – São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ÁLVARES, Maria Luzia Miranda. **Versões do Feminismo na Amazônia brasileira: Orminda e Eneida nos contextos nacional e internacional**. Os feminismos latino-americanos e suas múltiplas temporalidades no século XX ST. 40. Universidade Federal do Pará, 1990. Disponível em <https://docplayer.com.br/81369764-Versoes-do-feminismo-na-amazonia-brasileira-orminda-e-eneida-nos-contextos-nacional-e-internacional-1.html>

AMARAL, Oswaldo Martins Estanislau do. **As transformações na organização do Partido dos Trabalhadores entre 1995 e 2009**. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP : [s. n.], 2010.

ANDERSON, Stella. **Machismo ou Sexismo?** Revista Marxismo e Autogestão, Edições Redelp, GPDS – Grupo de Pesquisa Dialética e Sociedade, Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal de Goiás. Goiânia, Ano 07, nº 10, 2020. Disponível em <https://redelp.net/index.php/rma/article/download/1016/964>

ARAÚJO, Clara. **Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política**. Revista de Sociologia e Política, n. 24, 2005. p. 193-215.

BARROS, Antonio T.; NASCIMENTO, Willber da S. **Mulheres partidárias: atuação militante e participação nas atividades dos partidos**. Agenda Política, Revista de Discentes de Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos, Volume 9, Número 1, p. 186-225, janeiro-abril, 2021 <https://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/view/590>

BRASIL. **Programa Pró-Equidade de Gênero: histórias e trajetórias (2005/2010)**. Brasília: SPM, 2010. Disponível em: https://www.ilo.org/brasilia/publicacoes/WCMS_233904/lang--pt/index.htm.

- CARNEIRO, Sueli. (2003). **Mulheres em movimento**. Revista *Estudos Avançados*, 17(49), 117-133.
- CARNEIRO, Sueli. **Escritos de uma vida**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2020.
- COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2019.
- COSTA, Ana Alice Alcântara. **As donas no poder. Mulher e Política na Bahia**. Salvador: NEIM/UFBA -Assembléia Legislativa da Bahia, 1998.
- DEUS, Zélia Amador de. **Caminhos trilhados na luta antirracista**. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.
- DUARTE, Francisco Wellington. **As peripécias do partido dos trabalhadores na trajetória política brasileira: das raízes ao II Congresso**. Revista de Economia Regional, Urbana e do Trabalho, Vol.5, nº 02 (2016), Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- FERREIRA NETO, Edgard Leite. **Os partidos políticos no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1988.
- FRANCO, Ana Carla T. **Mulheres negras em movimento. Reflexões sobre feminismo negro, movimentos sociais negros e a Marcha das Mulheres Negras**. 2022. 76f. TCC (Graduação) - Curso de Licenciatura em Ciências Sociais, Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará, Belém, 2022.
- GONZALES, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Org. Flávia Rios e Márcia Lima. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- HOOKS, bell. **Ain't a Woman? Black Women and feminism (Não sou eu uma mulher? Mulheres negras e feminismo)**, 1981. Tradução livre para plataforma Gueto, 2014.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA [et al.]; **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. 4ª ed. - Brasília: Ipea, 2011.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (Org.). **Atlas da violência 2020**. Rio de Janeiro: Ipea; FBSP, 2020.
- INSTITUTO MARIELLE FRANCO. **A Violência Política contra as Mulheres Negras: Eleições 2020**. Rio de Janeiro: Instituto Marielle Franco, Justiça Global e Terra de Direitos, 2020.

MONTEIRO, Brandão. **Os partidos políticos**. São Paulo: Global, 1989.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Partido dos Trabalhadores: Estatuto do PT aprovado em 2001**. Disponível em:

<http://americo.usal.es/oir/opal/Documentos/Brasil/Partidos%20Pol%C3%ADticos/PT/Estatuto%202001.pdf> Acesso em 30/04/2023.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Partido dos Trabalhadores: Estatuto do PT aprovado em 2001**. Disponível em:

<http://americo.usal.es/oir/opal/Documentos/Brasil/Partidos%20Pol%C3%ADticos/PT/Estatuto%202001.pdf> Acesso em 30/04/2023.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Partido dos Trabalhadores: Estatuto do PT atualizado e aprovado em 2017**. Disponível em: <https://pt.org.br/wp-content/uploads/2018/03/estatuto-pt-2012-versao-final-alterada-junho-2017.pdf> Acesso em 30/04/2023.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Partido dos Trabalhadores: Resoluções de Encontros e Congressos (1979-1998)**. Disponível em www.fpabramo.org.br/csbnovembro-negro-resolucoes-de-encontros-e-congressos-do-pt/ Acesso em 30/04/2023.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Partido dos Trabalhadores: Resoluções do 1º Congresso Nacional do PT (1991)**. Disponível em <https://fpabramo.org.br/csbnovembro-negro-resolucoes-de-encontros-e-congressos-do-pt/> Acesso em 30/04/2023.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Partido dos Trabalhadores: Resoluções do 2º Congresso Nacional do PT (1999)**. Disponível em <https://fpabramo.org.br/csbnovembro-negro-resolucoes-de-encontros-e-congressos-do-pt/> Acesso em 30/04/2023.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Partido dos Trabalhadores: Resoluções do 3º Congresso Nacional do PT (2007)**. Disponível em <https://fpabramo.org.br/csbnovembro-negro-resolucoes-de-encontros-e-congressos-do-pt/> Acesso em 30/04/2023.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Partido dos Trabalhadores: Resolução Política do 4º Congresso Nacional do PT (2010)**. Disponível em <https://fpabramo.org.br/csbnovembro-negro-resolucoes-de-encontros-e-congressos-do-pt/> Acesso em 30/04/2023.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Partido dos Trabalhadores: Resolução Construção e Organização Partidária do 4º Congresso Nacional do PT (2010)**. Disponível em <https://fpabramo.org.br/csbn/wp-content/uploads/sites/3/2018/05/RESOLU%C3%87%C3%83O-CONSTRUCAO-E-ORGANIZACAO-PARTIDARIA.pdf> Acesso em 30/04/2023.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Partido dos Trabalhadores: Resolução da Reforma Estatutária do 4º Congresso Nacional do PT (2010)**. Disponível em https://fpabramo.org.br/csbn/wp-content/uploads/sites/3/2018/05/4-Congresso_-_Resolucao-CEN-sobre-alguns-pontos-da-reforma-estatutaria.pdf Acesso em 30/04/2023.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Partido dos Trabalhadores: Resoluções do 5º Congresso Nacional do PT (2015)**. Disponível em https://fpabramo.org.br/csbn/wp-content/uploads/sites/3/2018/05/5Congresso_-_Caderno-de-Resolu%C3%A7%C3%B5es.pdf Acesso em 30/04/2023.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Partido dos Trabalhadores: Resoluções do 6º Congresso Nacional do PT (2017)**. Disponível em <https://fpabramo.org.br/csbn/wp-content/uploads/sites/3/2018/05/VI-Congresso.pdf> Acesso em 30/04/2023.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **25 anos da SNCR: combate ao racismo nas resoluções do PT**. Disponível em <https://fpabramo.org.br/2020/08/18/25-anos-da-secretaria-de-combate-ao-racismo-resolucoes-do-pt-contam-essa-historia/> Acesso em 10/05/2023.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Conheça o Projeto Elas por Elas**. (2008) <https://pt.org.br/conheca-o-projeto-elas-por-elas/> Acesso em 19/11/2021

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Projeto Elas por Elas**. Secretaria Nacional de Mulheres do PT. 2018. <https://www.elasporelaspt.com.br/> Acesso em 19/11/2021

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Os 13 compromissos programáticos de Dilma Rousseff para debate na sociedade brasileira (2010)**. Disponível em <https://fpabramo.org.br/csbn/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/programadegovernoDilma.pdf> Acesso em 20/04/2023.

PETIT, Pere. **A Esperança Equilibrista: A Trajetória do PT no Pará**. São Paulo: Boi Tempo & Naea-Ufpa, 1996.

PEREIRA, Regane. **Epistemologias Negras e Lutas Antiracistas**. 2019

RABELO, Ana Maria Prestes. **1922-2022: Cem anos do sufrágio feminino no Brasil**. Revista Princípios, Editora Anita Garibaldi, São Paulo, nº 163, jan./abr. 2022. Disponível em <https://revistaprincipios.emnuvens.com.br/principios/article/download/163/82>

RIBEIRO, Pedro. **Dos sindicatos ao governo: a organização nacional do PT de 1980 a 2005**. 2008. 342 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008.

SANTOS, Steffane P. **Sub-representação de mulheres negras no Brasil: Quem representa a base da pirâmide social?** Revista Três Pontos, v. 17 n. 2 (2020): Dossiê Epistemologias Negras e Indígena. Universidade Federal de Minas Gerais.

SOUZA JR, Zenildo Soares de. **As elites em consenso: O clientelismo como fundamento do sistema político brasileiro**. 2008. 142f. Dissertação (Mestrado). Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2008.

VAZ, Livia Sant'Anna. **Cotas Raciais**. Feminismos Plurais / Coordenação de Djamila Ribeiro – São Paulo: Jandaíra, 2022.

VIEIRA, Reginaldo de Souza. **Partidos políticos brasileiros: das origens ao princípio da autonomia partidária**. 2002. 191f. Dissertação (Mestrado). Curso de pós-graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.